

Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

**Transmissora Aliança de Energia
Elétrica S.A. - TAESA**

30 de setembro de 2022

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Consolidado		Controladora	
	explicativa	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativos					
<i>Ativos circulantes</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.564.460	384.824	1.178.095	179.771
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	234.180	212.069	162.673	148.628
Ativo de contrato de concessão	6	1.396.323	1.320.728	838.017	804.492
Impostos e contribuições sociais correntes	8	238.952	160.897	216.139	144.943
Dividendos a receber	12	133.395	208	276.454	446.545
Outras contas a receber e outros ativos		53.182	56.457	37.416	39.571
Total dos ativos circulantes		3.620.492	2.135.183	2.708.794	1.763.950
<i>Ativos não circulantes</i>					
Títulos e valores mobiliários	5	10.003	9.948	5.337	4.906
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	21.593	21.332	20.232	20.040
Ativo de contrato de concessão	6	10.174.381	9.799.690	4.738.480	4.571.927
Outras contas a receber		42.869	35.616	24.416	24.224
Depósitos judiciais		53.853	64.771	34.719	45.660
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	207.267	-	207.267
Investimentos	11	3.689.419	3.436.678	7.967.371	7.009.221
Direito de uso	7	6.369	12.457	5.231	11.578
Imobilizado		123.412	73.892	122.079	72.625
Intangível		109.700	98.801	109.680	98.782
Total dos ativos não circulantes		14.231.599	13.760.452	13.027.545	12.066.230
Total dos ativos		17.852.091	15.895.635	15.736.339	13.830.180

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

(Continua)

Balço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Passivos					
<i>Passivos circulantes</i>					
Fornecedores		86.758	131.622	27.204	43.702
Empréstimos e financiamentos	13.1	9.799	15.672	3.691	6.896
Debêntures	13.2	696.608	933.841	675.027	806.472
Passivo de arrendamento	7	4.951	8.533	3.711	7.697
Impostos e contribuições sociais correntes	8	40.660	58.894	21.720	37.646
Taxas regulamentares		59.618	51.679	50.969	44.208
Dividendos e JCP a pagar	12	48	147.048	48	147.048
Outras contas a pagar		76.863	69.841	65.709	56.617
Total dos passivos circulantes		975.305	1.417.130	848.079	1.150.286
<i>Passivos não circulantes</i>					
Empréstimos e financiamentos	13.1	411.932	614.073	363.123	562.825
Debêntures	13.2	7.347.104	5.225.510	6.364.677	4.361.201
Instrumentos financeiros derivativos	18	34.359	33.679	34.359	33.679
Passivo de arrendamento	7	3.017	7.257	2.941	7.035
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	1.365.554	1.172.751	845.281	707.146
Tributos diferidos	10	651.404	638.209	272.392	269.260
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	14	58.928	49.126	35.080	29.343
Provisão para desmobilização de ativos	7	33	457	33	457
Outras contas a pagar		53.525	52.687	19.444	24.192
Total dos passivos não circulantes		9.925.856	7.793.749	7.937.330	5.995.138
Total dos passivos		10.901.161	9.210.879	8.785.409	7.145.424
<i>Patrimônio líquido</i>					
Capital social		3.042.035	3.042.035	3.042.035	3.042.035
Reserva de capital		598.736	598.736	598.736	598.736
Reserva de lucros		2.368.240	2.368.240	2.368.240	2.368.240
Dividendos adicionais propostos		-	653.282	-	653.282
Outros resultados abrangentes		22.253	22.463	22.253	22.463
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio pagos		(506.733)	-	(506.733)	-
Resultado líquido do período		1.426.399	-	1.426.399	-
Total do patrimônio líquido	15	6.950.930	6.684.756	6.950.930	6.684.756
Total dos passivos e do patrimônio líquido		17.852.091	15.895.635	15.736.339	13.830.180

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

Demonstração do resultado
para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Consolidado				Controladora			
		01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		194.356	743.315	1.319.643	2.182.237	210.759	264.447	944.517	1.174.139
Remuneração do ativo contrato de concessão		269.437	199.006	787.516	572.854	155.130	147.961	456.740	422.083
Receita operacional líquida	20	463.793	942.321	2.107.159	2.755.091	365.889	412.408	1.401.257	1.596.222
<i>Custos operacionais</i>									
Pessoal		(24.280)	(21.758)	(65.544)	(59.672)	(16.453)	(17.217)	(42.794)	(47.834)
Material		(97.423)	(156.386)	(185.012)	(421.274)	(14.274)	(4.878)	(27.949)	(9.459)
Serviços de terceiros		(11.659)	(13.141)	(37.627)	(31.908)	(7.652)	(8.889)	(25.256)	(22.755)
Depreciação e amortização		(2.712)	(2.219)	(7.935)	(6.287)	(2.233)	(1.876)	(6.645)	(5.722)
Outros custos operacionais		(1.769)	(1.520)	(5.235)	(4.429)	(1.177)	(688)	(3.501)	(2.511)
	21	(137.843)	(195.024)	(301.353)	(523.570)	(41.789)	(33.548)	(106.145)	(88.281)
Lucro Bruto		325.950	747.297	1.805.806	2.231.521	324.100	378.860	1.295.112	1.507.941
<i>Despesas gerais e administrativas</i>									
Pessoal e administradores		(33.025)	(26.407)	(90.240)	(74.637)	(30.680)	(25.945)	(82.649)	(73.370)
Serviços de terceiros		(8.889)	(7.790)	(27.001)	(24.789)	(7.431)	(6.970)	(22.210)	(21.631)
Depreciação e amortização		(3.068)	(3.799)	(11.792)	(10.226)	(3.065)	(3.792)	(11.784)	(10.204)
Outras despesas operacionais		(2.352)	(1.479)	(14.469)	(10.367)	(2.130)	(2.083)	(11.577)	944
	21	(47.334)	(39.475)	(143.502)	(120.019)	(43.306)	(38.790)	(128.220)	(104.261)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições		278.616	707.822	1.662.304	2.111.502	280.794	340.070	1.166.892	1.403.680
Resultado de equivalência patrimonial	11	118.183	148.390	554.919	633.803	115.230	402.241	900.200	1.115.363
Receitas financeiras		54.640	8.684	124.595	20.243	44.867	6.548	102.634	14.400
Despesas financeiras		(140.399)	(239.042)	(699.110)	(606.837)	(133.969)	(200.074)	(600.662)	(497.334)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	22	(85.759)	(230.358)	(574.515)	(586.594)	(89.102)	(193.526)	(498.028)	(482.934)
Resultado antes dos impostos e contribuições		311.040	625.854	1.642.708	2.158.711	306.922	548.785	1.569.064	2.036.109
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.125)	(18.704)	(23.398)	(30.210)	4.229	(13.665)	(4.423)	(16.496)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.461)	(70.261)	(192.911)	(337.865)	(8.697)	1.769	(138.242)	(228.977)
Imposto de renda e contribuição social	16	(8.586)	(88.965)	(216.309)	(368.075)	(4.468)	(11.896)	(142.665)	(245.473)
Resultado líquido do período		302.454	536.889	1.426.399	1.790.636	302.454	536.889	1.426.399	1.790.636
Resultado por ação									
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	19	0,29265	0,51949	1,38017	1,73260	0,29265	0,51949	1,38017	1,73260
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	19	0,29265	0,51949	1,38017	1,73260	0,29265	0,51949	1,38017	1,73260

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

**Demonstração do resultado abrangente
para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)**

Nota expli- cativa	Consolidado				Controladora			
	01/07/2022	01/07/2021	01/01/2022	01/01/2021	01/07/2022	01/07/2021	01/01/2022	01/01/2021
	a	a	a	a	a	a	a	a
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Resultado líquido do período	302.454	536.889	1.426.399	1.790.636	302.454	536.889	1.426.399	1.790.636
Ajuste de avaliação patrimonial	1.047	10.174	(210)	31.901	1.047	10.174	(210)	31.901
Resultado abrangente total do período	303.501	547.063	1.426.189	1.822.537	303.501	547.063	1.426.189	1.822.537

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

**Demonstração da mutação do patrimônio líquido (controladora e consolidado)
para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital, Transações de capital	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
				Legal	Incentivo fiscal	Reserva especial				
Saldos em 31 de dezembro de 2020		3.042.035	598.736	433.057	315.053	1.196.286	456.035	-	(15.298)	6.025.904
Dividendos adicionais aprovados	12	-	-	-	-	-	(456.035)	-	-	(456.035)
Dividendos intercalares pagos	12	-	-	-	-	-	-	(401.573)	-	(401.573)
Juros sobre capital próprio pagos	12	-	-	-	-	-	-	(65.004)	-	(65.004)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	1.790.636	-	1.790.636
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	-	-	-	-	-	31.901	31.901
Saldos em 30 de setembro de 2021		3.042.035	598.736	433.057	315.053	1.196.286	-	1.324.059	16.603	6.925.829
Saldos em 31 de dezembro de 2021		3.042.035	598.736	433.057	330.799	1.604.384	653.282	-	22.463	6.684.756
Dividendos adicionais aprovados	12	-	-	-	-	-	(653.282)	-	-	(653.282)
Dividendos intercalares pagos	12	-	-	-	-	-	-	(308.799)	-	(308.799)
Juros sobre capital próprio pagos	12	-	-	-	-	-	-	(197.934)	-	(197.934)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	-	1.426.399	-	1.426.399
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	-	-	-	-	-	(210)	(210)
Saldos em 30 de setembro de 2022	15	3.042.035	598.736	433.057	330.799	1.604.384	-	919.666	22.253	6.950.930

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

**Demonstração do fluxo de caixa
para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota expli- cativa	Consolidado		Controladora	
		30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado líquido do período		1.426.399	1.790.636	1.426.399	1.790.636
Ajustes para:					-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(554.919)	(633.803)	(900.200)	(1.115.363)
Depreciação e amortização		11.957	10.210	11.948	10.187
Depreciação do direito de uso	7	7.770	6.303	6.481	5.739
Provisão de causas fiscais, trabalhistas e cíveis, líquidas	14	11.320	1.969	9.624	905
Juros, variações monetárias e cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	13.1 e 22	(38.286)	33.700	(42.810)	28.122
Juros e variações monetárias sobre debêntures	13.2 e 22	636.351	532.266	551.539	432.105
Instrumentos financeiros derivativos	18 e 22	74.966	25.970	74.966	25.970
Juros sobre passivo de arrendamento	7 e 22	801	2.108	718	2.035
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	23.398	30.210	4.423	16.496
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	192.911	337.865	138.242	228.977
Tributos diferidos	20	13.195	96.298	3.132	32.190
Custo de implementação de infraestrutura	20 e 21	148.297	406.185	2.751	1.612
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 e 20	(787.516)	(572.854)	(456.740)	(422.083)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 e 20	(598.259)	(982.608)	(401.625)	(787.348)
Receita de implementação de infraestrutura	6 e 20	(147.544)	(827.350)	(6.776)	(5.308)
Receita de aplicação financeira		(845)	(157)	(432)	(108)
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		(8.082)	(8.894)	(6.384)	(7.151)
Despesa de atualização monetária de contingências	14	6.225	10.921	3.176	8.342
Provisão de parcela variável	6	1.425	9.222	934	9.621
		419.564	268.197	419.366	255.576
Variações nos ativos e passivos:					
Redução no saldo de contas a receber de concessionárias e permissionárias e ativo de contrato de concessão		1.059.235	787.782	649.891	587.540
(Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(54.047)	(6.576)	(43.339)	(5.373)
Redução no saldo de outros créditos		15.102	26.942	19.289	24.472
(Redução) no saldo de fornecedores		(192.974)	(387.336)	(19.249)	(19.159)
Aumento (redução) no saldo de taxas regulamentares		7.939	(8.908)	6.760	(8.517)
(Redução) aumento no saldo de outras contas a pagar		(213)	(2.726)	(2.782)	12.349
Dividendos recebidos de controladas	12	-	-	151.951	126.623
Dividendos recebidos de controladas em conjunto e coligadas	12	262.491	366.143	262.491	366.143
		1.097.533	775.321	1.025.012	1.084.078
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.517.097	1.043.518	1.444.378	1.339.654
Imposto de renda e contribuição social pagos		(65.640)	(42.683)	(48.207)	(27.939)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.451.457	1.000.835	1.396.171	1.311.715
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		790	(60)	-	-
Adições no imobilizado e intangível		(72.372)	(29.271)	(72.293)	(29.225)
Aumento de capital nas controladas	11	-	-	(208.801)	(304.500)
Aumento de capital nas controladas em conjunto	11	(93.500)	(36.500)	(93.500)	(36.500)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(165.082)	(65.831)	(374.594)	(370.225)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação (reversão de custos) de empréstimos e financiamentos	13.1	362.600	(15)	362.600	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	13.1	(520.049)	(459.323)	(515.557)	(454.868)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	13.1	(12.279)	(22.964)	(7.140)	(17.835)
Emissão debêntures, líquido de custos de transação	13.2	1.999.500	739.584	1.999.500	739.584
Pagamento de debêntures - principal	13.2	(480.230)	-	(450.000)	-
Pagamento de debêntures - juros	13.2	(271.260)	(75.741)	(229.008)	(75.741)
Pagamento de passivo de arrendamento	7	(10.669)	(7.642)	(9.296)	(7.098)
Pagamento de dividendos e JCP	12	(1.307.015)	(1.028.514)	(1.307.015)	(1.028.514)
Recebimento (pagamento) de instrumentos financeiros derivativos	18	132.663	(8.541)	132.663	(8.541)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		(106.739)	(863.156)	(23.253)	(853.013)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		1.179.636	71.848	998.324	88.477
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	384.824	896.031	179.771	664.932
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	1.564.460	967.879	1.178.095	753.409
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		1.179.636	71.848	998.324	88.477

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

**Demonstração do valor adicionado
para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

		Consolidado		Controladora	
	Nota expli- cativa	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receitas					
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 e 20	787.516	572.854	456.740	422.083
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 e 20	598.259	982.608	401.625	787.348
Operação e manutenção	20	745.743	585.492	662.453	522.605
Implementação de infraestrutura	6 e 20	147.544	827.350	6.776	5.308
Parcela variável	20	(30.291)	(25.927)	(29.817)	(23.300)
Outras receitas	20	37.230	37.408	25.812	16.319
		<u>2.286.001</u>	<u>2.979.785</u>	<u>1.523.589</u>	<u>1.730.363</u>
Insumos adquiridos de terceiros (Incluem os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	21	(249.640)	(477.971)	(75.415)	(53.845)
Despesas gerais, administrativas e outros		(18.581)	(13.773)	(14.305)	(1.040)
		<u>(268.221)</u>	<u>(491.744)</u>	<u>(89.720)</u>	<u>(54.885)</u>
Valor adicionado bruto		2.017.780	2.488.041	1.433.869	1.675.478
Depreciação e amortização		(19.727)	(16.513)	(18.429)	(15.926)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		1.998.053	2.471.528	1.415.440	1.659.552
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	11	554.919	633.803	900.200	1.115.363
Receitas financeiras	22	124.595	20.243	102.634	14.400
		<u>679.514</u>	<u>654.046</u>	<u>1.002.834</u>	<u>1.129.763</u>
Valor adicionado total a distribuir		2.677.567	3.125.574	2.418.274	2.789.315
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta	21	79.756	72.479	57.744	66.473
Benefícios	21	44.715	35.740	39.738	31.156
FGTS		7.502	5.530	6.698	4.995
		<u>131.973</u>	<u>113.749</u>	<u>104.180</u>	<u>102.624</u>
Impostos, taxas e contribuições					
Federais (incluem as taxas regulamentares da ANEEL)		419.134	613.149	286.275	397.885
Estaduais		216	337	108	115
Municipais		735	866	650	721
		<u>420.085</u>	<u>614.352</u>	<u>287.033</u>	<u>398.721</u>
Remuneração de capitais de terceiros					
Encargos de dívidas e variação monetária e cambial, líquidos	22	598.065	565.966	508.729	460.227
Instrumentos financeiros derivativos	22	74.966	25.970	74.966	25.970
Arrendamentos	22	801	2.108	718	2.035
Outras	22	25.278	12.793	16.249	9.102
		<u>699.110</u>	<u>606.837</u>	<u>600.662</u>	<u>497.334</u>
Remuneração de capitais próprios					
Resultado líquido do período		919.666	1.324.059	919.666	1.324.059
Dividendos intercalares declarados	12	308.799	401.573	308.799	401.573
Juros sobre capital próprio declarados	12	197.934	65.004	197.934	65.004
		<u>1.426.399</u>	<u>1.790.636</u>	<u>1.426.399</u>	<u>1.790.636</u>
Valor adicionado total distribuído		2.677.567	3.125.574	2.418.274	2.789.315

As notas explicativas são parte integrante destas informações trimestrais.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Av. das Américas, 2480, bloco 6, sala 201, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento e construção das instalações relativas ao projeto; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico;
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados;
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade conexa, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para obtenção do objeto social;
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista; e
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa.

Controladores - Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas: ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN, SAN, BRAS, SJT, SPT, LNT, ANT e PTG.

Controladas em conjunto: ETAU, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí.

Coligadas: (a) com participação direta: EATE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta: STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e ESTE; e (c) com participação direta e indireta: EBTE, ERTE, EDTE, Transleste, Transirapé e Transudeste. As coligadas são denominadas, em conjunto, "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores e são domiciliadas no Brasil com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN, ETAU, BRAS, SAN, SJT, SPT, LNT, ANT e PTG), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE, ESDE e ESTE), Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé) e Bahia (EDTE).

Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta								
Concessão	Aquisição (*) Constituição (**)	Início	Participação	Localidade	Revisão tarifária periódica		Km (b) (não revisado)	SE (c)
	Contrato de concessão	Término			Prazo (anos)	Próxima		
Taesa								
Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 (*) 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	BA e GO	5 (a)	2024	1.139	8
Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 (*) 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	DF, GO, MA e TO	5 (a)	2024	1.278	6
Munirah Transmissora de Energia S.A. ("MUN")	06/06/2006 (*) 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	BA	5 (a)	2024	106	2
Goiânia Transmissora de Energia S.A. ("GTE")	30/11/2007 (*) 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB e PE	5 (a)	2024	52	3
Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("PAT")	30/11/2007 (*) 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	RN	5 (a)	2024	146	4
Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ETEO")	30/05/2008 (*) 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	SP	5 (a)	2024	505	3
Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE")	30/11/2011 (*) 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	RJ	5 (a)	2024	389	4
ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 (*) 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	PR e SP	5 (a)	2024	370	3
ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 (*) 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	BA, PI e TO	5 (a)	2024	942	4
Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 (*) 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB, PE e AL	5 (a)	2024	383	4
Controladas								
ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III")	30/11/2011 (*) 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	PA e TO	5 (a)	2024	454	4
São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	12/06/2012 (**) 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	MG	5	2023	n/a	1
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR")	18/12/2013 (**) 011/2014	02/05/2014 02/10/2046 (d)	100%	MG	5	2024	82	2
Miracema Transmissora de Energia S.A. ("MIR")	26/04/2016 (**) 017/2016	27/06/2016 27/06/2046	100%	TO	5	2026	90	3
Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN")	09/11/2016 (**) 015/2017	10/02/2017 10/02/2047	100%	MG e BA	5	2022	545	3
Sant'ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SAN") (f)	11/01/2019 (**) 012/2019	22/03/2019 22/03/2049	100%	RS	5	2024	591	5
Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("BRAS")	07/12/2007 (**) 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	100%	MT	5	2023	402	4
São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT")	14/02/2020 (*) 008/2013	01/08/2013 01/08/2043	100%	PI	5	2024	413	2
São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT")	14/02/2020 (*) 015/2013	09/10/2013 09/10/2043	100%	BA e PI	5	2024	494	6
Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT")	13/03/2020 (*) 030/2017	11/08/2017 11/08/2047	100%	RN	5	2023	28	2
Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("ANT")	12/05/2021 (**) 001/2022	31/03/2022 31/03/2052	100%	SP e PR	5	2027	363	4
Pitiquari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("PTG") (i)	21/02/2022 (**) 015/2022	30/09/2022 30/09/2052	100%	SC	5	2027	93	3
Controladas em conjunto								
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 (*) 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	75,62%	RS e SC	5 (a)	2024	188	4
Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés") (h)	18/11/2016 (**) 004/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	MG	5	2022	208	2
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. ("Paraguaçu") (j)	18/11/2016 (**) 003/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	MG e BA	5	2022	338	2
Interligação Elétrica Ivaí S.A. ("Ivaí") (e)	17/05/2017 (**) 022/2017	11/08/2017 11/08/2047	50%	PR	5	2023	593	5
Coligadas								
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 (*) 042/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA e MA	5 (a)	2024	927	5
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 (*) 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA	5 (a)	2024	328	2
Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 (*) 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	SC	5 (a)	2024	253	2
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 (*) 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA e MA	5 (a)	2024	459	3

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta								
Concessão	Aquisição (*) Constituição (**)	Início	Participação	Localidade	Revisão tarifária periódica		Km (b) (não revisado)	SE (c)
	Contrato de concessão	Término			Prazo (anos)	Próxima		
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 (*) 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA	5 (a)	2024	155	3
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 (*) 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,99%	SC	5 (a)	2024	230	4
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 (*) 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,99%	SC	5 (a)	2024	40	2
EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE")	31/05/2013 (*) 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	MT	5	2024	782	7
ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 (*) 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	MG	5	2025	n/a	1
ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE")	31/05/2013 (*) 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	SC	5	2022	n/a	2
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE") (g)	11/11/2016 (*) 19/2017	10/02/2017 10/02/2047	49,98%	MG e ES	5	2022	237	2
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ("EDTE")	26/03/2018 (*) 015/2016	01/12/2016 01/12/2046	49,99%	BA	5	2022	165	3
Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste")	17/10/2013 (*) 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	54,00%	MG	5 (a)	2024	139	2
Companhia Transsudeste de Transmissão S.A. ("Transsudeste")	17/10/2013 (*) 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	54,00%	MG	5 (a)	2024	140	2
Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 (*) 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	54,00%	MG	5 (a)	2024	61	2
Total geral							14.108	101

(a) A revisão tarifária refere-se apenas às receitas oriundas de processos de autorização (reforços e melhorias).

(b) Quilômetros ("km") oriundos do leilão para as concessões em construção e oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para as concessões já em operação.

(c) O valor total referente às subestações não corresponde a soma das subestações representadas na tabela, pois foram desconsideradas subestações repetidas.

(d) De acordo com o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2014, assinado em 2 de fevereiro de 2022, o término da concessão MAR foi estendido em 883 dias, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

(e) A linha de transmissão da concessão Ivaí está em processo de construção. A energização integral das instalações de transmissão está prevista para novembro de 2022.

(f) O prazo estipulado pela ANEEL para energização de SAN é março de 2023, porém em 1º de abril de 2022 o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu, os Termos de Liberação para parte do empreendimento que corresponde as linhas de transmissão LT Livramento 3 - Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 - Cerro Chato (C1), e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3, retroativos a 28 de março de 2022.

(g) A ONS autorizou a concessão ESTE a receber receita a partir de 09 de fevereiro de 2022.

(h) Em 06 de maio de 2022 o empreendimento Aimorés entrou em operação comercial.

(i) Em 30 de junho de 2022 a Taesa arrematou o lote 10 do leilão de transmissão 001/2022-ANEEL, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

(j) Em 27 de julho de 2022 o empreendimento Paraguaçu entrou em operação comercial.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações intermediárias individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as informações Intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 (R3) - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR. A Companhia optou por apresentar essas informações intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As informações intermediárias consolidadas incluem as informações intermediárias da Taesa e de entidades controladas, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 11. O controle é obtido quando

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a Companhia tem poder sobre a investida, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar este poder para afetar seus retornos.

As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração em 09 de novembro de 2022.

2.2. Base de mensuração

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações intermediárias individuais e consolidadas o uso de estimativas e julgamentos é uniforme com aquele utilizado quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Desta forma, essas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.5. Informações por segmento

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST.

2.6. Sazonalidade

O Grupo Taesa não possui sazonalidade em suas operações.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Bases de consolidação e investimento em controladas

Na elaboração das informações intermediárias, as principais práticas contábeis adotadas são uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, publicadas na imprensa oficial em 25 de fevereiro de 2022. Desta forma, essas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2021.

3.2. Normas e interpretações novas e revisadas

3.2.1. Novas normas aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.19 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	1.791	4.222	807	3.011
Aplicações financeiras	1.562.669	380.602	1.177.288	176.760
	1.564.460	384.824	1.178.095	179.771

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
CDB e Operações Compromissadas	101,27% do CDI	100,63% do CDI	101,32% do CDI	100,55% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Fundo de investimentos e depósitos vinculados	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Fundo BNB conta reserva FI (a)	4.666	5.042	-	-
Conta reserva (b)	5.337	4.906	5.337	4.906
Ativo não circulante	10.003	9.948	5.337	4.906

(a) Fundo BNB conta reserva FI - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BNB, que tem como característica aplicar em títulos de emissão do Tesouro Nacional com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. Fundo constituído para atender às cláusulas restritivas do contrato de financiamento com o BNB.

(b) Conta Reserva - Depósitos mantidos junto ao Banco do Nordeste advindos de benefício fiscal. O reinvestimento é um produto operado pelo referido banco destinado às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, localizadas na área de atuação da Sudene (região nordeste, norte do Espírito Santo e norte de Minas Gerais).

Remuneração	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Fundo BNB conta reserva FI	92,48% do CDI	78,89% do CDI	-	-
Conta Reserva	95,50% do CDI	95,50% do CDI	95,50% do CDI	95,50% do CDI

Remuneração média	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Fundo BNB conta reserva FI e Conta reserva	95,42% do CDI	72,88% do CDI	95,50% do CDI	95,50% do CDI

6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS, E ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

I – Contas a receber de concessionárias e permissionárias

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	267.371	243.574	190.396	175.225
Parcela variável (i)	(11.598)	(10.173)	(7.491)	(6.557)
	255.773	233.401	182.905	168.668
Circulante	234.180	212.069	162.673	148.628

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Não circulante (ii)	21.593	21.332	20.232	20.040

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022 e no exercício de 2021, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo regulamento da ANEEL, será deduzida dos próximos recebimentos. (ii) O saldo refere-se aos usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

Movimentação da parcela variável	31/12/2021	Adição (*)	Reversão (*)	30/09/2022
Consolidado	(10.173)	(14.932)	13.507	(11.598)
Controladora	(6.557)	(13.926)	12.992	(7.491)

(*) Valor provisionado da parcela variável no período, líquido dos valores descontados, conforme AVC.

Saldo de clientes por vencimento	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/09/2022	31/12/2021
Consolidado	227.706	17.349	22.316	267.371	243.574
Controladora	160.661	11.850	17.885	190.396	175.225

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

II – Ativo de contrato de concessão

Mutação do ativo de contrato de concessão						
Concessão	31/12/2021	Adição (a)	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	30/09/2022
TSN	822.776	1.927	61.037	54.374	(85.890)	854.224
MUN	58.048	2.791	4.664	3.753	(5.415)	63.841
GTE	30.879	-	2.548	2.409	(3.663)	32.173
PAT	131.559	3	7.668	7.779	(12.155)	134.854
ETEO	449.143	-	34.535	35.042	(58.330)	460.390
NVT	1.638.588	1.788	177.141	126.887	(233.149)	1.711.255
NTE	403.351	101	43.970	31.045	(54.130)	424.337
STE	340.136	85	26.183	26.228	(36.757)	355.875
ATE	626.427	31	44.662	48.044	(61.230)	657.934
ATE II	875.512	50	54.332	66.064	(114.344)	881.614
Total Controladora	5.376.419	6.776	456.740	401.625	(665.063)	5.576.497
Circulante	804.492					838.017
Não circulante	4.571.927					4.738.480
MAR	219.797	-	9.831	19.967	(12.436)	237.159
ATE III	519.944	3	25.220	18.930	(80.941)	483.156
SGT	70.374	-	2.807	3.512	(4.038)	72.655
MIR	620.316	-	42.851	29.459	(45.849)	646.777
JAN	2.189.033	-	157.276	62.794	(164.823)	2.244.280
BRAS	234.084	-	19.344	10.846	(21.845)	242.429
SAN	518.901	66.885	5.783	(14.874)	(6.039)	570.656
SJT	642.596	-	29.499	31.272	(37.203)	666.164
SPT	594.265	2.352	29.017	30.339	(35.078)	620.895
LNT	134.689	-	9.148	4.389	(9.718)	138.508
ANT	-	70.452	-	-	-	70.452
PTG	-	1.076	-	-	-	1.076
Total Consolidado	11.120.418	147.544	787.516	598.259	(1.083.033)	11.570.704
Circulante	1.320.728					1.396.323
Não circulante	9.799.690					10.174.381

Mutação do ativo de contrato de concessão						
Concessão	31/12/2020	Adição (a)	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2021
TSN	687.102	2.152	75.368	151.125	(92.971)	822.776
MUN	59.173	2.095	5.346	1.038	(9.604)	58.048
GTE	27.313	-	3.168	4.477	(4.079)	30.879
PAT	118.479	4	9.598	17.060	(13.582)	131.559
ETEO	404.226	-	43.678	66.181	(64.942)	449.143
NVT	1.403.286	2.122	219.734	272.854	(259.408)	1.638.588

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutações do ativo de contrato de concessão						
Concessão	31/12/2020	Adição (a)	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2021
NTE	351.598	253	53.981	57.748	(60.229)	403.351
STE	296.936	184	32.294	51.542	(40.820)	340.136
ATE	645.458	59	52.641	9.431	(81.162)	626.427
ATE II	854.688	63	72.180	139.099	(190.518)	875.512
Total Controladora	4.848.259	6.932	567.988	770.555	(817.315)	5.376.419
Circulante	728.784					804.492
Não circulante	4.119.475					4.571.927
MAR	202.654	-	11.863	20.642	(15.362)	219.797
ATE III	487.604	19	34.252	99.536	(101.467)	519.944
SGT	65.324	-	3.497	6.541	(4.988)	70.374
MIR	554.845	-	52.162	69.516	(56.207)	620.316
JAN	1.576.026	548.168	33.552	102.321	(71.034)	2.189.033
BRAS	213.921	-	23.889	23.161	(26.887)	234.084
SAN	201.816	317.085	-	-	-	518.901
SJT	593.680	-	36.589	58.283	(45.956)	642.596
SPT	510.736	42.827	32.591	47.527	(39.416)	594.265
LNT	117.332	-	10.975	18.194	(11.812)	134.689
Total Consolidado	9.372.197	915.031	807.358	1.216.276	(1.190.444)	11.120.418
Circulante	1.015.498					1.320.728
Não circulante	8.356.699					9.799.690

(a) As principais adições estão relacionadas aos reforços e às novas construções de subestações e linhas de transmissão:

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida – RAP	Custo de implementação da infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI (ii)
Novas Construções						
PTG Abdon Batista – Barra Grande Abdon Batista – Videira	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato de Concessão ANEEL 015/2022	R\$18.787	R\$243.153	Março de 2027	-
ANT Ponta Grossa – Assis Bateias – Curitiba Leste	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato de Concessão ANEEL 001/2022	R\$145.139	R\$1.750.054	Março de 2027	ADE da RFB nº 102/2022 (iii)
JAN Pirapora 2 – Janaúba 3 Janaúba 3 – Bom Jesus da Lapa 2	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato de Concessão ANEEL 015/2017	R\$233.767	R\$959.604	Energização concluída em 01/09/2021	ADE da RFB nº 119/2017 (iii)
SAN Livramento 3 – Alegrete 2 Livramento 3 – Cerro Chato Livramento 3 – Santa Maria 3 Livramento 3 – Maçambará 3 Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo C1/C2 SE Livramento 3 e compensador síncrono SE Maçambará 3	Implantação das linhas de transmissão, construção de subestações associadas.	Contrato de Concessão ANEEL 012/2019	R\$74.949	R\$610.364	Março de 2023 (iv)	ADE da RFB nº 89/2019 (iii)
Reforços						
NVT Samambaia	Melhoria do Sistema SCADA - COC TAESA	Plano de Modernização de Instalações 2014-2017	(i)	(i)	Dezembro de 2022	Não há
TSN SE Bom Jesus da Lapa II	Modernização do Sistema de Controle	Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.861/2016	(i)	(i)	Dezembro de 2022	Não há
TSN Sapeaçu	Modernização do Sistema de Controle	REA nº 5.861/2016	(i)	(i)	Dezembro de 2022	Não há
TSN Sapeaçu	Instalação de banco de reatores monofásicos (3 fases mais uma unidade reserva) limitadores de corrente de curto circuito no terciário do ATR-05T1.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.761/2019	(i)	(i)	Dezembro de 2022	Não há

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida – RAP	Custo de implementação da infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI (ii)
TSN Sapeaçu	Instalação de banco de reatores monofásicos (3 fases mais uma unidade reserva) limitadores de corrente de curto circuito no terciário do ATR-05T2.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.761/2019	(i)	(i)	Dezembro de 2022	Não há
TSN Sapeaçu	Instalação de banco de reatores monofásicos (3 fases mais uma unidade reserva) limitadores de corrente de curto-circuito no terciário do ATR-05T3.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.761/2019	(i)	(i)	Dezembro de 2022	Não há
MUN SE Camaçari	Substituição de cabo para-raio por cabo OPGW da LT 500 kV Camaçari II / Sapeaçu.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.314/2019	(i)	R\$6.200	Concluído em 10/05/2022	ADE da RFB nº 02/2021
SPT SE Barreiras II	Implantação do segundo autotransformador 500/230 kV	Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.091/2019	R\$5.638	R\$35.079	Concluído em 22/12/2021	ADE da RFB nº 1911/2019

(i) A RAP será estabelecida somente após o ciclo posterior a conclusão do projeto. (ii) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. (iii) Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil. (iv) O empreendimento foi parcialmente concluído em 28 de março de 2022 e passou a receber RAP proporcional.

• Principais características dos contratos de concessão – Encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Não houve alteração para esta demonstração intermediária.

• Estrutura de formação da RAP – As concessões das linhas de transmissão de energia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Concessão	Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021		
	Resolução 3.067 de 12/07/2022 Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Resolução 2.959 de 05/10/2021 (i) Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Resolução 2.725 de 14/07/2020 Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
TSN	506.200	(5.618)	500.582	457.100	(4.399)	452.701	325.134	(3.212)	321.922
GTE	8.918	(268)	8.650	8.054	(268)	7.786	5.877	(45)	5.832
MUN	33.087	(1.032)	32.055	29.883	(1.091)	28.792	28.957	450	29.407
PAT	26.748	(679)	26.069	23.851	(650)	23.201	17.405	(68)	17.337
ETEO	159.885	(4.997)	154.888	144.400	(4.837)	139.563	105.373	(997)	104.376
NVT (iv) e (v)	535.401	(16.732)	518.669	483.263	(16.925)	466.338	352.463	(1.189)	351.274
STE	77.165	(1.775)	75.390	69.531	(1.770)	67.761	50.610	(190)	50.420
NTE	139.874	(3.545)	136.329	126.085	(4.032)	122.053	92.101	(410)	91.691
ATE	135.261	(3.473)	131.788	122.078	(4.703)	117.375	115.113	(1.657)	113.456
ATE II	211.782	(10.559)	201.223	273.639	(15.172)	258.467	275.495	(2.544)	272.951
ATE III (iv)	144.196	(4.898)	139.298	138.241	(4.523)	133.718	127.711	(724)	126.987
SGT	6.662	(4)	6.658	5.963	(338)	5.625	5.518	(815)	4.703
BRAS (iv) e (v)	34.262	(1.014)	33.248	30.788	321	31.109	28.123	(77)	28.046
MAR	19.837	(711)	19.126	17.754	(444)	17.310	16.431	9	16.440
MIR (iv) e (v)	83.270	(2.987)	80.283	74.527	(1.822)	72.705	67.939	1.249	69.188
SPT (iv)	64.729	(1.684)	63.045	52.887	108	52.995	46.533	(2.542)	43.991
SJT (iv)	60.170	(882)	59.288	53.853	(5.189)	48.664	49.835	(34.649)	15.186
LNT	15.519	(574)	14.945	13.890	(350)	13.540	12.854	(525)	12.329
JAN (iii)	233.767	(6.678)	227.089	213.631	-	213.631	-	-	-
SAN (iii)	18.068	(327)	17.741	17.916	-	17.916	-	-	-
	2.514.801	(68.437)	2.446.364	2.357.334	(66.084)	2.291.250	1.723.472	(47.936)	1.675.536

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021. (ii) A JAN entrou em operação comercial em 1º de setembro de 2021. (iii) A SAN entrou em operação comercial parcial com RAP retroativa a 28 de março de 2022. (iv) Os valores das RAP do ciclo 2020-2021 das concessões ATE III, MIR, BRA, NVT, SJT e SPT foram alterados pelo Despacho nº 1.698/2021, que julgou os recursos administrativos interpostos pela Companhia em face das Resoluções Homologatórias nº 2.725/2020, nº 2.724/2020 e as diferenças serão recebidas no ciclo 2021-2022. (v) Os valores das RAP do ciclo 2020-2021 das concessões BRA, MIR e NVT foram ajustados de acordo com o Despacho ANEEL nº 3.219/2020 que retificou os anexos I, II, III, IV, V e VI da Resolução Homologatória nº 2.725/2020.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. ARRENDAMENTO

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de imóveis e automóveis. Os prazos de arrendamento de imóveis variam entre 31 e 103 meses, enquanto automóveis têm prazos de arrendamento de 31 a 51 meses. Não existem contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e rescisão, além de pagamentos variáveis de arrendamento. A Companhia e suas controladas também possuem arrendamentos com prazos iguais ou inferiores a 12 meses e arrendamentos cujo ativo adjacente é de baixo valor. Para esses casos, a Companhia e suas controladas aplicam as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de ativos de baixo valor.

Direito de uso

Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial dos passivos de arrendamento, ajustes por remensuração e pelos custos esperados na desmobilização.

Direito de Uso	31/12/2021	Depreciação	Novos contratos / Remensuração (*)	Reversão de provisão desmobilização	30/09/2022
<u>Controladora</u>					
Imóveis	7.056	(3.639)	175	(364)	3.228
Automóveis	4.522	(2.842)	323	-	2.003
Não Circulante	11.578	(6.481)	498	(364)	5.231
<u>Consolidado</u>					
Imóveis	7.196	(3.682)	218	(364)	3.368
Automóveis	5.261	(4.088)	1.828	-	3.001
Não Circulante	12.457	(7.770)	2.046	(364)	6.369

Direito de Uso	31/12/2020	Depreciação	Novos contratos / Remensuração (*)	31/12/2021
<u>Controladora</u>				
Imóveis	20.310	(4.232)	(9.022)	7.056
Automóveis	7.558	(3.534)	498	4.522
Não Circulante	27.868	(7.766)	(8.524)	11.578
<u>Consolidado</u>				
Imóveis	20.494	(4.276)	(9.022)	7.196
Automóveis	8.440	(4.397)	1.218	5.261
Não Circulante	28.934	(8.673)	(7.804)	12.457

(*) As remensurações devem-se às mudanças na expectativa de prazo contratual e reajuste inflacionário das contraprestações.

A provisão para desmobilização dos ativos arrendados era de R\$33 em 30 de setembro de 2022 e R\$457 em 31 de dezembro de 2021, no Consolidado e na Controladora.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento reconhecidos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros.

Passivo de Arrendamento	31/12/2021	Juros do período	Contraprestação paga	Novos contratos / Remensuração (*)	30/09/2022
<u>Controladora</u>					
Imóveis	9.360	491	(5.988)	175	4.038
Automóveis	5.372	227	(3.308)	323	2.614
	14.732	718	(9.296)	498	6.652
Circulante	7.697				3.711
Não circulante	7.035				2.941
<u>Consolidado</u>					
Imóveis	9.512	503	(6.040)	218	4.193
Automóveis	6.278	298	(4.629)	1.828	3.775
	15.790	801	(10.669)	2.046	7.968
Circulante	8.533				4.951
Não circulante	7.257				3.017

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Passivo de Arrendamento	31/12/2020	Juros do período	Contraprestação paga	Novos contratos / Remensuração (*)	31/12/2021
Controladora					
Imóveis	21.776	1.987	(5.381)	(9.022)	9.360
Automóveis	8.445	548	(4.119)	498	5.372
	30.221	2.535	(9.500)	(8.524)	14.732
Circulante	8.406				7.697
Não circulante	21.815				7.035
Consolidado					
Imóveis	21.966	2.003	(5.435)	(9.022)	9.512
Automóveis	9.407	630	(4.977)	1.218	6.278
	31.373	2.633	(10.412)	(7.804)	15.790
Circulante	8.911				8.533
Não circulante	22.462				7.257

(*) As remensurações devem-se às mudanças na expectativa de prazo contratual e reajuste inflacionário das contraprestações.

Abaixo são apresentadas as análises dos vencimentos dos passivos de arrendamento:

	Até 1 mês	De 2 a 3 meses	De 4 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Imóvel	152	308	1.115	3.536	5.111
Automóvel	571	1.098	2.715	-	4.384
Consolidado	723	1.406	3.830	3.536	9.495
Imóvel	141	278	1.063	3.425	4.907
Automóvel	402	759	1.897	-	3.058
Controladora	543	1.037	2.960	3.425	7.965

Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Despesas de depreciação de ativos de direito de uso	1.854	2.278	7.770	6.303
Despesa de juros sobre passivos de arrendamento	178	690	801	2.108
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e a arrendamentos de ativos de baixo valor (incluídas nas linhas de Outros custos e despesas operacionais)	452	408	1.250	1.519
Total reconhecido no resultado	2.484	3.376	9.821	9.930

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Despesas de depreciação de ativos de direito de uso	1.375	1.936	6.481	5.739
Despesa de juros sobre passivos de arrendamento	148	659	718	2.035
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e a arrendamentos de ativos de baixo valor (incluídas nas linhas de Outros custos e despesas operacionais)	224	156	490	718
Total reconhecido no resultado	1.747	2.751	7.689	8.492

A Companhia, na aplicação do CPC 06 (R2), utilizou técnicas de fluxo de caixa descontado sem considerar inflação projetada nos fluxos de pagamentos dos arrendamentos. Atendendo às orientações das áreas técnicas da CVM, a Companhia analisou os impactos nos saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da depreciação e da despesa financeira, considerando a aplicação de inflação projetada nos fluxos de pagamento dos arrendamentos, concluindo que os efeitos são imateriais para as informações intermediárias de 30 de setembro de 2022.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras	211.501	137.932	194.409	124.796
PIS e COFINS a compensar	839	835	666	666
Impostos e contribuições retidos	20.043	17.913	17.578	16.795
Outros	6.569	4.217	3.486	2.686
Ativo circulante	238.952	160.897	216.139	144.943
IRPJ e CSLL correntes	10.514	8.177	-	-
PIS e COFINS	13.019	34.808	8.552	26.045
INSS e FGTS	5.367	2.232	4.175	2.299
ISS	3.645	3.419	2.567	1.973
ICMS	1.814	3.079	619	715
IRRF	1.899	2.587	1.529	2.135
Parcelamento de auto de Infrações	4.118	4.118	4.118	4.118
Outros	284	474	160	361
Passivo circulante	40.660	58.894	21.720	37.646

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos com base no histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os créditos fiscais referentes ao aproveitamento econômico do ágio de incorporação foram contabilizados de acordo as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, substituídas pela Resolução CVM nº 78/22 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões da Companhia e suas controladas.

Consolidado	30/09/2022			31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
TAESA (Controladora)	324.251	(1.169.532)	(845.281)	401.277	(1.108.423)	(707.146)
JAN	86.658	(415.076)	(328.418)	68.282	(352.739)	(284.457)
ATE III	9.042	(74.778)	(65.736)	8.803	(75.091)	(66.288)
BRAS	1.814	(34.781)	(32.967)	1.257	(29.849)	(28.592)
SGT	-	(2.238)	(2.238)	-	(2.168)	(2.168)
SAN	-	(17.580)	(17.580)	-	(15.982)	(15.982)
MIR	-	(19.921)	(19.921)	-	(19.106)	(19.106)
MAR	-	(7.304)	(7.304)	-	(6.770)	(6.770)
SPT	-	(19.124)	(19.124)	-	(18.303)	(18.303)
SJT	-	(20.518)	(20.518)	-	(19.792)	(19.792)
LNT	-	(4.265)	(4.265)	-	(4.147)	(4.147)
ANT	-	(2.170)	(2.170)	-	-	-
PTG	-	(32)	(32)	-	-	-
Consolidado	421.765	(1.787.319)	(1.365.554)	479.619	(1.652.370)	(1.172.751)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Crédito fiscal incorporado - ágio (i)	256.123	271.389	256.123	271.389
Diferenças temporárias (ii)	97.911	157.971	68.128	129.888
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	67.731	50.259	-	-
Ativo não circulante	421.765	479.619	324.251	401.277
Diferenças temporárias (ii)	(1.787.319)	(1.652.370)	(1.169.532)	(1.108.423)
Passivo não circulante	(1.787.319)	(1.652.370)	(1.169.532)	(1.108.423)
Saldo líquido	(1.365.554)	(1.172.751)	(845.281)	(707.146)

(i) Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

(ii) As diferenças temporárias contemplam os saldos das empresas optantes pelo lucro real e são compostas da seguinte forma:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Base de cálculo 30/09/2022	IRPJ e CSLL	
		30/09/2022	31/12/2021
Consolidado			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	70.499	23.970	25.354
Provisão para participação nos lucros	18.531	6.300	7.223
Provisão para fornecedores	61.993	21.078	26.063
Provisão para parcela variável	10.440	3.550	3.242
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	44.763	15.219	12.173
Tributos com exigibilidade suspensa	22.165	7.536	7.536
Instrumentos Financeiros - derivativos	44.771	15.222	-
Ajuste ao valor de mercado – dívida	-	-	6.194
Variação cambial - regime de caixa	14.812	5.036	70.186
Total do ativo		97.911	157.971
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(70.471)
Ajuste a valor de mercado – dívida	(521)	(177)	-
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(72.227)	(24.557)	(28.062)
Hedge de fluxo de caixa	(33.717)	(11.464)	(11.572)
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente	(5.150.354)	(1.751.121)	(1.542.265)
Total do passivo		(1.787.319)	(1.652.370)
Controladora			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	55.372	18.826	21.154
Provisão para participação nos lucros	17.762	6.039	6.694
Provisão para fornecedores	4.883	1.660	6.582
Provisão para parcela variável	7.491	2.547	2.229
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	35.080	11.927	9.977
Tributos com exigibilidade suspensa	20.204	6.869	6.869
Instrumentos Financeiros - derivativos	44.771	15.222	-
Ajuste ao valor de mercado – dívida	-	-	6.194
Variação cambial - regime de caixa	14.812	5.038	70.189
Total do ativo		68.128	129.888
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(70.471)
Ajuste a valor de mercado – dívida	(521)	(177)	-
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(68.134)	(23.166)	(26.670)
Hedge de fluxo de caixa	(33.717)	(11.464)	(11.572)
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente	(3.337.425)	(1.134.725)	(999.710)
Total do passivo		(1.169.532)	(1.108.423)

A seguir a expectativa da Companhia para realização dos ativos diferidos:

	Crédito fiscal incorporado – ágio	Diferenças temporárias		Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	Total	
	Controladora e Consolidado	Consolidado	Controladora	Consolidado	Consolidado	Controladora
2022	5.089	55.522	30.504	4.389	65.000	35.593
2023	21.761	22.094	18.427	56.768	100.623	40.188
2024	23.315	5.073	3.975	6.574	34.962	27.290
2025 - 2027	79.711	15.222	15.222	-	94.933	94.933
2028 - 2030	95.481	-	-	-	95.481	95.481
2031 - 2033	17.268	-	-	-	17.268	17.268
2034 - 2036	9.802	-	-	-	9.802	9.802
2037 - 2038	3.696	-	-	-	3.696	3.696
Total	256.123	97.911	68.128	67.731	421.765	324.251

As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente registradas e divulgadas. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
PIS e COFINS diferidos - passivo (i)	651.404	638.209	272.392	269.260

(i) Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas do Grupo Taesa, na aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão.

11. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos Diretos	Quantidade total de ações	Participação Direta	Consolidado		Controladora	
			30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Controladas						
ATE III	303.500.000	100,00%	-	-	458.928	452.695
SGT	10.457.000	100,00%	-	-	68.969	27.491
MAR	174.500.000	100,00%	-	-	221.086	196.497
MIR	277.940.000	100,00%	-	-	611.078	565.000
JAN	225.145.100	100,00%	-	-	745.801	390.972
SAN	567.301.000	100,00%	-	-	560.103	514.938
BRAS	191.052.000	100,00%	-	-	194.143	185.652
SJT	394.523.157	100,00%	-	-	628.178	604.027
SPT	537.235.007	100,00%	-	-	595.978	565.040
LNT	41.116.290	100,00%	-	-	84.244	70.231
ANT	95.001.000	100,00%	-	-	104.556	-
PTG	4.801.000	100,00%	-	-	4.888	-
			-	-	4.277.952	3.572.543
Controladas em conjunto						
ETAU	34.895.364	75,62%	133.339	128.271	133.339	128.271
Aimorés	395.400.000	50,00%	371.128	302.195	371.128	302.195
Paraguaçu	620.000.000	50,00%	559.128	455.433	559.128	455.433
Ivaí	235.000.000	50,00%	417.345	321.267	417.345	321.267
			1.480.940	1.207.166	1.480.940	1.207.166
Coligadas diretas (*)						
EATE	180.000.010	49,98%	953.289	974.661	953.289	974.661
EBTE	263.058.339	49,00%	174.446	176.000	174.446	176.000
ECTE	42.095.000	19,09%	79.892	75.392	79.892	75.392
ENTE	100.840.000	49,99%	506.947	520.025	506.947	520.025
ETEP	45.000.010	49,98%	142.454	148.702	142.454	148.702
ERTE	84.133.970	21,95%	59.406	57.662	59.406	57.662
EDTE	1.218.126	24,95%	56.917	60.456	56.917	60.456
Transudeste	30.000.000	49,00%	68.500	65.066	68.500	65.066
Transleste	49.569.000	49,00%	96.924	86.681	96.924	86.681
Transirapé	22.340.490	49,00%	69.704	64.867	69.704	64.867
			2.208.479	2.229.512	2.208.479	2.229.512
Total do investimento			3.689.419	3.436.678	7.967.371	7.009.221

(*) Em 30 de setembro de 2022, por meio de suas coligadas diretas, a Companhia possuía participações indiretas nas seguintes coligadas: (i) STC - 39,99%; (ii) ESDE - 49,98%; (iii) Lumitrans - 39,99%; (iv) ETSE - 19,09%; (v) EBTE - 25,49%; (vi) ERTE - 28,04%; (vii) ESTE - 49,98%; (viii) EDTE - 25,04%; e (ix) Transudeste, Transleste e Transirapé - 5%.

Mutação dos Investimentos	31/12/2021	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	30/09/2022
Controladas					
ATE III	452.695	-	(45.457)	51.690	458.928
SGT	27.491	-	35.708	5.770	68.969
MAR	196.497	-	(2.299)	26.888	221.086
MIR	565.000	-	(30.862)	76.940	611.078
JAN	390.972	32.000	241.358	81.471	745.801
SAN	514.938	77.000	6.387	(38.222)	560.103
BRAS	185.652	-	-	8.491	194.143
SJT	604.027	-	(33.864)	58.015	628.178
SPT	565.040	-	(27.004)	57.942	595.978
LNT	70.231	-	7.360	6.653	84.244
ANT	-	95.000	-	9.556	104.556
PTG	-	4.801	-	87	4.888
	3.572.543	208.801	151.327	345.281	4.277.952
Controladas em conjunto					
ETAU	128.271	-	(14.276)	19.344	133.339
Aimorés	302.195	10.500	-	58.433	371.128
Paraguaçu	455.433	33.000	-	70.695	559.128
Ivaí	321.267	50.000	-	46.078	417.345
	1.207.166	93.500	(14.276)	194.550	1.480.940
Coligadas diretas					
EATE	974.661	-	(199.430)	178.058	953.289
EBTE	176.000	-	(12.970)	11.416	174.446
ECTE	75.392	-	(13.870)	18.370	79.892
ENTE	520.025	-	(89.980)	76.902	506.947
ETEP	148.702	-	(30.741)	24.493	142.454
ERTE	57.662	-	(3.183)	4.927	59.406
EDTE	60.456	-	(12.475)	8.936	56.917

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutação dos Investimentos	31/12/2021	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	30/09/2022
Transudeste	65.066	-	(5.145)	8.579	68.500
Transleste	86.681	-	(4.298)	14.541	96.924
Transirapé	64.867	-	(9.310)	14.147	69.704
	2.229.512	-	(381.402)	360.369	2.208.479
	7.009.221	302.301	(244.351)	900.200	7.967.371

Mutação dos Investimentos	31/12/2020	Aumento/redução de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	31/12/2021
Controladas					
ATE III	540.112	(145.000)	(46.750)	104.333	452.695
SGT	23.067	-	(4.344)	8.768	27.491
MAR	186.631	-	(16.746)	26.612	196.497
MIR	510.724	-	(66.129)	120.405	565.000
JAN	290.645	152.500	(258.314)	206.141	390.972
SAN	193.501	300.000	(5.455)	26.892	514.938
BRAS	183.930	-	(18.373)	20.095	185.652
SJT	536.318	-	(21.304)	89.013	604.027
SPT	475.869	67.000	(47.280)	69.451	565.040
LNT	59.017	-	(7.276)	18.490	70.231
	2.999.814	374.500	(491.971)	690.200	3.572.543
Controladas em conjunto					
ETAU	122.464	-	(18.397)	24.204	128.271
Aimorés	254.302	29.250	-	18.643	302.195
Paraguaçu	383.945	47.150	-	24.338	455.433
Ivaí	187.057	-	-	134.210	321.267
	947.768	76.400	(18.397)	201.395	1.207.166
Coligadas diretas					
EATE	790.604	-	(132.461)	316.518	974.661
EBTE	186.705	-	(30.807)	20.102	176.000
ECTE	65.812	-	(7.637)	17.217	75.392
ENTE	478.384	-	(71.984)	113.625	520.025
ETEP	155.352	-	(46.527)	39.877	148.702
ERTE	53.221	-	(5.048)	9.489	57.662
EDTE	68.382	-	(12.842)	4.916	60.456
Transudeste	57.291	-	(6.739)	14.514	65.066
Transleste	71.994	-	(6.125)	20.812	86.681
Transirapé	77.012	-	(35.118)	22.973	64.867
	2.004.757	-	(355.288)	580.043	2.229.512
	5.952.339	450.900	(865.656)	1.471.638	7.009.221

As mutações dos dividendos a receber foram apresentadas na nota explicativa nº 12 – Partes relacionadas.

A data-base das demonstrações financeiras das empresas investidas é 31 de dezembro de cada ano.

Informações intermediárias resumidas

A seguir encontram-se as informações intermediárias resumidas demonstradas com base nas informações intermediárias individuais das controladas em conjunto e coligadas.

Balço patrimonial	30/09/2022			31/12/2021		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Caixa e equivalentes de caixa	168.525	212.477	381.002	279.419	109.703	389.122
Ativo de contrato de concessão (i)	241.983	753.400	995.383	316.485	695.456	1.011.941
Outros ativos circulantes	53.643	221.510	275.153	18.581	132.639	151.220
Ativos circulantes	464.151	1.187.387	1.651.538	614.485	937.798	1.552.283
Ativo de contrato de concessão (i)	6.092.385	4.760.790	10.853.175	4.851.618	4.626.051	9.477.669
Outros ativos não circulantes	272.961	1.541.979	1.814.940	3.882	1.430.840	1.434.722
Ativos não circulantes	6.365.346	6.302.769	12.668.115	4.855.500	6.056.891	10.912.391
Empréstimos, financiamentos, debêntures (ii)	3.141	146.166	149.307	3.468	151.991	155.459
Arrendamento mercantil	388	5.226	5.614	202	4.812	5.014
Outros passivos circulantes	203.085	439.656	642.741	111.689	453.787	565.476
Passivos circulantes	206.614	591.048	797.662	115.359	610.590	725.949
Empréstimos, financiamentos, debêntures (ii)	2.205.655	1.670.637	3.876.292	2.023.972	1.439.498	3.463.470
Arrendamento mercantil	1.683	21.871	23.554	1.135	21.536	22.671
Outros passivos não circulantes	1.615.843	1.424.082	3.039.925	1.074.847	1.331.410	2.406.257
Passivos não circulantes	3.823.181	3.116.590	6.939.771	3.099.954	2.792.444	5.892.398
Patrimônio líquido individual	2.799.702	3.782.518	6.582.220	2.254.672	3.591.655	5.846.327
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	1.426.623	1.716.565	3.143.188	1.152.159	1.607.990	2.760.149
Valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos e outros	54.317	491.914	546.231	55.007	621.522	676.529
Investimento total da Taesa	1.480.940	2.208.479	3.689.419	1.207.166	2.229.512	3.436.678

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do resultado	30/09/2022			30/09/2021		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Receita operacional líquida	1.181.836	882.415	2.064.251	1.236.829	1.107.310	2.344.139
Custos e despesas	(441.370)	(90.715)	(532.085)	(660.871)	(71.912)	(732.783)
Receitas financeiras	16.290	18.832	35.122	17.070	11.743	28.813
Despesas financeiras	(186.313)	(166.949)	(353.262)	(206.829)	(103.377)	(310.206)
Resultado financeiro	(170.023)	(148.117)	(318.140)	(189.759)	(91.634)	(281.393)
Equivalência patrimonial	-	320.248	320.248	-	307.047	307.047
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(193.538)	(117.612)	(311.150)	(131.205)	(190.932)	(322.137)
Resultado do período	376.905	846.219	1.223.124	254.994	1.059.879	1.314.873
Resultado do período - participação da Taesa	195.239	375.192	570.431	132.975	486.012	618.987
Apropriação do valor justo alocado do ativo de contato de concessão, líquido de impostos e outros	(689)	(14.823)	(15.512)	10.160	4.656	14.816
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	194.550	360.369	554.919	143.135	490.668	633.803

(i) Implementação de infraestrutura em andamento

Concessão	Descrição	Resolução ANEEL	RAP	Custo de infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI ¹
Nova construção						
Ivaí	Implantação de linhas de transmissão e subestações e ampliação das subestações associadas.	Contrato Concessão 022/2017	R\$361.620	R\$1.936.474	Novembro de 2022	Portaria MME nº 355/2017. ADE da RFB nº10/2018
Guaira - Sarandi - CD, C1 e C2; LT Foz do Iguaçu - Guaira - CD, C1 e C2; Londrina - Sarandi, CD, C1 e C2; Sarandi - Paranaíba Norte, CD; Guaira; SE Sarandi; SE Paranaíba Norte						

¹ Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiador	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	30/09/2022	31/12/2021
IVAÍ	Itaú	dez-43	(e)	IPC-A + 4,9982%	2.205.655	2.021.689
ETAU	BNDES Giro	ago-23	(c)	TLP + 2,78%	3.141	5.751
Controladas em conjunto					2.208.796	2.027.440
EATE	Itaú	set-22	(a)	107,75% do CDI	-	11.456
EATE	Bradesco	jun-23	(a)	112% do CDI	13.925	27.805
EATE	Bradesco	jul-24	(a)	108,6% do CDI	277.636	278.014
EATE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	213.769	203.844
EATE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	115.539	-
ECTE	Bradesco	set-22	(a)	107,75% do CDI	-	23.290
ECTE	Bradesco	jul-24	(a)	108,6% do CDI	51.372	51.427
ECTE	Santander	jul-25	(a)	CDI + 2,9%	71.172	77.926
ECTE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	53.391	50.897
ECTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	62.978	-
EDTE	Santander	dez-28	(d)	IPCA + 5,29%	393.704	370.124
ENTE	Bradesco	jul-24	(a)	108,6% do CDI	51.368	51.420
ENTE	Santander	jul-25	(a)	CDI + 2,9%	102.863	102.457
ENTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	31.443	-
ETEP	Bradesco	jun-23	(a)	112% do CDI	8.275	16.522
ETEP	Santander	jul-25	(a)	CDI + 2,9%	92.576	92.211
ETEP	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	53.391	50.899
ETEP	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	36.699	-
EBTE	Bradesco	jun-23	(a)	112% do CDI	16.523	32.984
EBTE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	53.391	50.899
EBTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	47.211	-
TRANSESTE	Itaú	set-22	(a)	107,75% do CDI	-	9.188
TRANSESTE	Itaú	set-22	(a)	107,75% do CDI	-	10.806
TRANSESTE	BDMG	fev-25	(c)	9,50%	5.978	7.835
TRANSESTE	BNB	mar-25	(c)	9,50%	1.831	2.384
TRANSIRAPÉ	Itaú	set-22	(a)	107,75% do CDI	-	7.300
TRANSIRAPÉ	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	53.396	50.904
TRANSIRAPÉ	BDMG	abr-26	(b)	TJLP + 6,5%	2.067	2.488
TRANSIRAPÉ	BDMG	jan-24	(b)	3,50%	3.181	4.970
TRANSIRAPÉ	BDMG	out-29	(b)	TJLP + 3,5%	3.124	3.439
Coligadas diretas e indiretas					1.816.803	1.591.489
					4.025.599	3.618.929

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) Sem garantias; (b) Penhor das ações da empresa detidas pela EATE e pela Transminas Holding S.A., constituição de conta-reserva e vinculação da receita da Companhia; (c) Carta de Fiança emitida pela Taesa, em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado, no limite de 52,6%, do valor de R\$125, proporcional à sua participação acionária; (d) Fiança proporcional da Alupar de 50,01% e da Taesa de 49,99% do montante total; (e) Fiança proporcional da CTEEP de 50,00% e da Taesa de 50,00% do montante total.

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos.

Em 30 de setembro de 2022, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas e cíveis, e passivos contingentes

	Provisão para riscos		Passivos contingentes	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
PARAGUAÇU	2.045	-	7.805	-
AIMORÉS	1.693	-	5.889	-
ETAU	310	141	102	51
Controladas em conjunto	4.048	141	13.796	51
EATE	234	393	4.952	4.525
EBTE	32	26	363	449
ECTE	-	52	45	240
ETEP	-	7	48	-
ENTE	600	-	1.474	1.342
TRANSLESTE	40	-	216	-
TRANSUDESTE	40	-	216	-
TRANSIRAPÉ	40	-	11	-
Coligadas diretas	986	478	7.325	6.556
	5.034	619	21.121	6.607

(iv) Receita Anual Permitida

Concessão	Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021		
	Resolução 3.067 de 12/07/2022			Resolução 2.959 de 05/10/2021 (i)			Resolução nº 2.725 de 14/07/2020		
	Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETAU (ii)	57.205	1.838	59.043	51.665	2.274	53.939	39.506	1.786	41.292
Aimorés (iii)	95.624	(123)	95.501	-	-	-	-	-	-
Paraguaçu (iv)	142.723	-	142.723	-	-	-	-	-	-
ENTE	204.243	(6.387)	197.856	184.456	(5.262)	179.194	134.579	(2.169)	132.410
EATE (v)	396.748	(11.503)	385.245	358.143	(11.526)	346.617	261.211	(2.107)	259.104
EBTE	59.063	(4.986)	54.077	52.862	(1.229)	51.633	48.889	1.223	50.112
ECTE	86.238	(2.628)	83.610	77.886	(2.587)	75.299	56.825	(542)	56.283
ETEP	89.207	(2.267)	86.940	80.563	(2.620)	77.943	58.788	(461)	58.327
ERTE	46.503	(18.685)	27.818	41.999	(17.292)	24.707	30.648	(12.395)	18.253
STC	43.268	(1.605)	41.663	52.396	(1.265)	51.131	48.133	(769)	47.364
Lumitrans	30.338	(1.521)	28.817	43.634	(1.487)	42.147	31.841	(346)	31.495
ESDE	17.520	(312)	17.208	15.680	(220)	15.460	14.363	(482)	13.881
ETSE	32.982	127	33.109	25.408	(214)	25.194	21.485	(142)	21.343
ESTE (vi)	135.205	(1.110)	134.095	-	-	-	-	-	-
EDTE (v)	83.645	(2.534)	81.111	76.120	(2.579)	73.541	70.445	597	71.042
Transirapé	43.521	1.564	45.085	54.365	(3.090)	51.275	41.048	1.774	42.822
Transleste	37.004	(1.280)	35.724	33.421	(1.626)	31.795	35.664	(472)	35.192
Transudeste	22.936	(1.167)	21.769	34.154	(1.387)	32.767	30.231	(324)	29.907
TOTAL	1.623.973	(52.579)	1.571.394	1.182.752	(50.110)	1.132.642	923.656	(14.829)	908.827

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021. (ii) O valor da RAP do ciclo 2020-2021 da concessão ETAU foi alterada pelo Despacho nº 1.698/2021, que julgou o recurso administrativo interposto pela concessionária em face das Resoluções Homologatórias nº 2.725/2020, nº 2.724/2020 e as diferenças serão recebidas no ciclo 2021-2022. (iii) A concessão Aimorés entrou em operação comercial em 06 de maio de 2022. (iv) A concessão Paraguaçu entrou em operação comercial em 27 de julho de 2022. (v) Os valores RAP das concessões EATE e EDTE do ciclo 2020-2021, foram ajustadas de acordo com o Despacho ANEEL nº 3.219/2020 que retificou os anexos I, II, III, IV, V e VI da Resolução Homologatória nº 2.725/2020. (vi) A ONS autorizou a concessão ESTE a receber receita a partir de 09 de fevereiro de 2022.

12. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e controlada em conjunto					
1	OCR x Outras receitas - Back-office" - ETAU	R\$69 Valor mensal	09/07/2018 a 09/07/2023	Multa de 2% a.m / Atualização anual pelo IGP-M.	O contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos. Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso o valor do rateio supere o montante anual de R\$2.386, a contratante poderá requerer a revisão.
2	OCR x Outras receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - ETAU	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
3	OCR x Outras receitas - O&M - ETAU	R\$14 Valor mensal	01/12/2021 a 30/11/2026	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
4	OCR x Outras receitas - O&M (LT Barra Grande) - ETAU	R\$21 Valor mensal	23/12/2021 a 23/12/2026	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
5	OCR x Outras receitas - O&M - AIMORÉS	R\$23 Valor mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
6	OCR x Outras receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - AIMORÉS	N/A	16/02/2022 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização através do termo aditivo.
7	OCR x Outras receitas - O&M - PARAGUAÇU	R\$24 Valor mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
8	OCR x Outras receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - PARAGUAÇU	N/A	16/02/2022 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização através do termo aditivo.
Transações entre a Taesa e sua coligada					
9	OCR x disponibilidades - Contrato de compartilhamento de infraestrutura - EDTE	R\$229 Valor total	27/12/2018 até a extinção da concessão.	Multa de 2% a.m. / juros de mora 12% a.a. /atualização anual pelo IPCA.	Não houve.
Transações entre Grupo Taesa e controladora					
10	CRCP x Outras receitas - Contrato de conexão ao sistema de transmissão - CEMIG D x SGT	R\$57 Valor mensal	18/03/2014 até o término da concessão.	Juros efetivos de mora de 12% a.a. e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA, conforme atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.
11	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") - Grupo Taesa x CEMIG	Valores apurados pela ONS mensalmente através do relatório de aviso de crédito	Até o término da concessão.	Não Aplicável.	Não Aplicável.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado					
		Ativo		Receita			
		30/09/2022	31/12/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
		Transações com Controladas em Conjunto					
1	Serviços de "back-office" Taesa x ETAU	-	-	-	300	-	874
2	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x ETAU	184	88	552	-	1.272	-
3	Serviços de O&M - Taesa x ETAU	16	17	47	55	141	163

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado					
		Ativo		Receita			
		30/09/2022	31/12/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
4	Serviços de O&M (LT Barra Grande) - Taesa x ETAU	21	-	63	-	84	-
5	Serviços de O&M - Taesa x AIMORÉS	-	-	81	-	310	-
6	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x AIMORÉS	135	-	404	-	673	-
7	Serviços de O&M - Taesa x PARAGUAÇU	27	-	243	-	243	-
	Transações com Coligadas e Controladas em Conjunto						
9	Reembolso de despesas Taesa x EDTE	7	7	22	20	66	60
	Transações entre as controladas e empresas ligadas						
10	CCT - CEMIG D x SGT	99	89	298	266	830	770
11	PSTEL - BRAS X CEMIG	154	155	463	467	1.376	1.368
11	PSTEL - ATE III X CEMIG	726	731	2.139	2.135	6.425	6.644
11	PSTEL - SGT X CEMIG	469	311	1.406	1.140	3.743	3.215
11	PSTEL - MAR X CEMIG	94	68	276	240	786	746
11	PSTEL - MIR X CEMIG	341	324	1.005	971	2.940	2.964
11	PSTEL - JAN X CEMIG	1.512	1.572	3.472	1.155	10.297	1.155
11	PSTEL - SGT X CEMIG	290	249	855	734	2.312	1.312
11	PSTEL - SPT X CEMIG	258	227	756	676	2.224	1.953
11	PSTEL - LNT X CEMIG	48	45	141	134	402	408
11	PSTEL - SAN X CEMIG	107	-	246	-	506	-
	Transações com controladores						
11	PSTEL - Taesa X CEMIG	8.379	8.522	24.676	24.784	71.888	68.333
		12.867	12.405	37.145	33.077	106.518	89.965

b) Passivos, custos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
	Transações entre a Taesa e empresas ligadas				
1	OCP x Serviços prestados - Serviços de "Data Center" - Ativas	R\$ 47 valor mensal	29/09/2020 a 29/09/2023	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA.	Cada uma das partes terá direito de rescindir o contrato mediante o envio de uma notificação por escrito à outra parte, com 90 dias de antecedência, quando da ocorrência de quaisquer eventualidades, como falência decretada, transferência parcial ou total de patrimônio ou bens e uma das partes violar quaisquer dispositivos do contrato.
2	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário.	19/03/2012 - término indeterminado.	Não houve.	Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais.
3	OCP x Serviços prestados - CCI - Taesa (ETEO) - CTEEP	R\$2 valor mensal.	20/07/2001 até a extinção da concessão de uma das partes.	Não houve.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal. Em 20/08/2021 foi firmado termo aditivo que descontinua a cobrança por parte da CTEEP.
4	OCP x Serviços prestados - CCI - Taesa (ATE) - CTEEP	R\$10 valor mensal	22/07/2004 até a extinção da concessão de uma das partes.	Não houve.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal. Em 20/08/2021 foi firmado termo aditivo que descontinua a cobrança por parte da CTEEP.
5	OCP x Serviços prestados - Telecomunicações - Taesa - INTERNEXA	R\$3 valor mensal	30/08/2020 a 30/08/2021	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	O contrato foi encerrado.
	Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas				
6	OCP x Serviços prestados - CCI - SGT x CEMIG GT	R\$3 Valor mensal	A partir de 17/02/2014 até o vencimento da concessão.	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.
7	OCP x O&M - SGT x CEMIG GT	R\$49 Valor mensal	10/07/2019 a 10/07/2024	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido antecipadamente e unilateralmente, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição, por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
					transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.
8	OCP x Serviços prestados - CCI - MAR x CEMIG GT	R\$205 parcela única e R\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes.	Atualização anual pelo IPCA.	Não houve.
9	OCP x Serviços prestados - O&M - MAR x CEMIG GT	R\$48 Valor mensal	03/03/2020 à 02/03/2025	Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 180 dias; em decorrência do descumprimento das condições avençadas; e na ocorrência de fato fortuito ou força maior.
Transações entre a Taesa e sua Controladora					
10	OCP X Investimento – aquisição Transmineiras – Valor Adicional – CEMIG	Parcela única de R\$12.883	Quando da obtenção de decisão favorável por parte das Transmineiras nos processos judiciais.	Variação acumulada de 100% CDI a partir de 01/01/2017.	Não houve.

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado					
		Passivo		Custo/Despesa			
		30/09/2022	31/12/2021	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
	<u>Transações entre a Taesa e empresas ligadas</u>						
1	Data Center - Taesa x Ativas	40	46	158	145	370	433
2	Previdência privada - Taesa x Forluz – despesa	-	-	707	549	1.931	1.549
2	Previdência privada - Taesa x Forluz – custo	-	-	275	244	784	692
5	Taesa x INTERNEXA - Telecomunicações	-	-	-	28	31	80
	<u>Transações entre as controladas e empresas ligadas</u>						
6	CCI - SGT x CEMIG GT	5	4	14	13	42	38
7	O&M - SGT x CEMIG GT	62	48	185	166	517	472
8	CCI - MAR x CEMIG GT	19	-	58	84	182	180
9	O&M - MAR x CEMIG GT	-	-	189	174	479	436
	<u>Transações entre Taesa e sua controladora</u>						
10	Aquisição Transmineiras – Taesa X CEMIG	12.883	12.883	-	-	-	-
		13.009	12.981	1.586	1.403	4.336	3.880

II– Dividendos e JCP a pagar e a receber

Dividendos a receber	31/12/2021	Adição (reversão) (a)	Recebimento	30/09/2022
Controladas em conjunto e coligadas				
ETAU	206	14.276	-	14.482
EATE	-	199.430	(115.959)	83.471
EBTE	-	12.970	(8.560)	4.410
ECTE	-	13.870	(12.342)	1.528
ENTE	2	89.980	(75.253)	14.729
ERTE	-	3.183	(2.963)	220
ETEP	-	30.741	(23.243)	7.498
EDTE	-	12.475	(8.981)	3.494
TRANSESTE	-	4.298	(3.675)	623
TRANSIRAPÉ	-	9.310	(6.370)	2.940
TRANSUDESTE	-	5.145	(5.145)	-
Consolidado	208	395.678	(262.491)	133.395
Controladas				
ATE III	-	45.457	(45.457)	-
BRAS	2.147	-	-	2.147
SGT (b)	37.421	(35.708)	-	1.713
MAR	11.400	2.299	-	13.699
MIR	21.161	30.862	(45.161)	6.862
JAN (c)	357.375	(241.358)	(24.416)	91.601
SAN (c)	6.387	(6.387)	-	-
SJT	3.086	33.864	(13.882)	23.068
SPT	-	27.004	(23.035)	3.969
LNT (b)	7.360	(7.360)	-	-
Controladora	446.545	244.351	(414.442)	276.454

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Dividendos a receber	31/12/2020	Adição (a)	Recebimento	31/12/2021
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>				
ETAU	354	18.397	(18.545)	206
EATE	49.976	132.461	(182.437)	-
EBTE	-	30.807	(30.807)	-
ECTE	-	7.637	(7.637)	-
ENTE	2	71.984	(71.984)	2
ERTE	-	5.048	(5.048)	-
ETEP	-	46.527	(46.527)	-
EDTE	-	12.842	(12.842)	-
TRANSESTE	-	6.125	(6.125)	-
TRANSIRAPÉ	-	35.118	(35.118)	-
TRANSUDESTE	-	6.739	(6.739)	-
Consolidado	50.332	373.685	(423.809)	208
<i>Controladas</i>				
ATE III	-	46.750	(46.750)	-
BRAS	103	18.373	(16.329)	2.147
SGT	35.642	4.344	(2.565)	37.421
MAR	5.295	16.746	(10.641)	11.400
MIR	18.526	66.129	(63.494)	21.161
JAN	99.061	258.314	-	357.375
SAN	932	5.455	-	6.387
SJT	16.079	21.304	(34.297)	3.086
SPT	12.480	47.280	(59.760)	-
LNT	3.732	7.276	(3.648)	7.360
Controladora	242.182	865.656	(661.293)	446.545

(a) Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados e intercalares. (b) Reversão de dividendos aprovada na AGO de 11 de maio de 2022 da controlada. (c) Reversão de dividendos aprovada na AGO de 29 de abril de 2022 da controlada.

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2021			Adição (a)		Pagamento		30/09/2022		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Total
<i>Consolidado e Controladora</i>										
ISA	21.874	-	21.874	143.150	29.451	(165.024)	(29.451)	-	-	-
Cemig	31.866	-	31.866	208.536	42.903	(240.402)	(42.903)	-	-	-
Não Controladores	93.293	15	93.308	610.395	125.580	(703.655)	(125.580)	33	15	48
	147.033	15	147.048	962.081	197.934	(1.109.081)	(197.934)	33	15	48

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2020			Adição (a)		Pagamento		31/12/2021		
	Divi-dendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Divi-dendos	JCP	Total
<i>Consolidado e Controladora</i>										
ISA	15.758	-	15.758	197.239	39.730	(191.123)	(39.730)	21.874	-	21.874
Cemig	22.956	-	22.956	287.333	57.878	(278.423)	(57.878)	31.866	-	31.866
Não Controladores	67.208	9	67.217	841.032	169.411	(814.947)	(169.405)	93.293	15	93.308
	105.922	9	105.931	1.325.604	267.019	(1.284.493)	(267.013)	147.033	15	147.048

(a) Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados, intercalares e aos juros sobre capital próprio. Os juros sobre capital próprio a pagar são apresentados brutos do imposto de renda retido na fonte.

Aprovação de dividendos e JCP	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor aprovado	Valor por ação ON	Valor por ação PN
Dividendos intercalares	2022	10/08/2022	CA	26/08/2022	308.799	0,29879	0,29879
Dividendos Adicionais propostos	2021	28/04/2022	AGO	31/05/2022	653.282	0,63211	0,63211
					962.081		
Juros sobre capital próprio	2022	10/08/2022	CA	26/08/2022	197.934	0,19152	0,19152
					197.934		
Dividendos obrigatórios remanescentes	2021	28/04/2022	AGO	31/05/2022	147.011	0,14225	0,14225
					147.011		
Dividendos intercalares	2021	01/12/2021	CA	29/12/2021	320.985	0,31058	0,31058
Dividendos intercalares	2021	13/05/2021	CA	27/05/2021	401.573	0,38856	0,38856
Dividendos Adicionais propostos	2020	29/04/2021	AGO	27/05/2021	456.035	0,44125	0,44125
					1.178.593		
Juros sobre capital próprio	2021	01/12/2021	CA	29/12/2021	202.015	0,19547	0,19547
Juros sobre capital próprio	2021	13/05/2021	CA	27/05/2021	65.004	0,06290	0,06290
					267.019		
Dividendos obrigatórios remanescentes	2020	29/04/2021	AGO	27/05/2021	105.909	0,10248	0,10248
					105.909		

Os dividendos intercalares e os juros sobre capital próprio pagos foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

III - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal - Classificadas no Resultado – despesa de pessoal

Proporção da remuneração total	30/09/2022		30/09/2021	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-
Diretoria estatutária (*)	58%	42%	58%	42%

(*) Composição de remuneração fixa: Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (previdência privada, plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação), benefícios pós-emprego (plano de saúde e plano odontológico). Composição de remuneração variável: participação nos lucros e resultados, cessação do cargo e indenizações.

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Média de membros remunerados durante o período (*)	11,22	11,11	5	5	4,89	5,11
Remuneração fixa (**)	2.155	2.004	6.269	5.909	567	556
Salário ou pró-labore	1.882	1.748	4.636	4.456	472	463
Benefícios diretos e indiretos	-	-	706	676	-	-
Encargos	273	256	927	777	95	93
Provisões	-	-	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	4.512	4.301	-	-
Participação nos resultados	-	-	4.512	3.279	-	-
Indenizações	-	-	-	22	-	-
Gratificação	-	-	-	1.000	-	-
Valor total da remuneração	2.155	2.004	10.781	10.210	567	556

(*) Inclui membros titulares e suplentes, sendo que os conselheiros fiscais suplentes recebem na substituição dos titulares. A média dos membros remunerados foi calculada mensalmente, excluindo os membros que abdicaram da remuneração. (**) O custo da remuneração fixa do conselho inclui o pró-labore e 20% de INSS Patronal.

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Número de membros efetivos	13	13	5	5	5	5
Número de membros suplentes	-	-	-	-	5	5
Maior remuneração individual no período (mensal)	23	21	362	283	13	12
Menor remuneração individual no período (mensal)	18	17	202	137	13	11
Remuneração individual média no período (mensal) (*)	23	22	240	227	13	14

(*) O valor foi calculado pela média dos membros remunerados.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

13.1. Empréstimos e financiamentos

Financiador	Conces- são	Captação				Encargos financeiros anuais	30/09/2022				31/12/2021				
		Data de assinatura	Tipo	Valor contratado recebido	Vencimen- to final		Custo a apro- priar	Princi- pal	Juros	Total	Custo a apro- priar	Principal	Juros	Total	
Moeda estrangeira-US\$ ⁽¹⁾															
Citibank - Contrato B (Repactuação) - mai/18	Taesa	11/05/2018	Lei 4.131/62	350.000	10/05/2023	Libor + 0,34% a.a.	-	-	-	-	-	560.832	433	561.265	
Citibank - set/22	Taesa	22/09/2022	Lei 4.131/62	362.600	26/09/2025	Sofr + 0,44% a.a.	-	363.074	142	363.216	-	-	-	-	
Moeda nacional-R\$ ⁽²⁾															
BNDES FINAME	TSN	05/12/2012	CCB-subcrédito A	20.250	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.	-	635	1	636	-	2.538	3	2.541	
BNDES FINAME	TSN	20/06/2012	CCB-subcrédito A	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.	-	-	-	-	-	53	-	53	
BNDES FINAME	TSN	13/06/2013	CCB-subcrédito A	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.	-	2.855	4	2.859	-	5.711	8	5.719	
BNDES FINAME	Pate-sa	14/10/2014	CCB-subcrédito A	430	15/08/2024	Taxa fixa de 6% a.a.	-	103	-	103	-	143	-	143	
Controladora							-	366.667	147	366.814	-	569.277	444	569.721	
Circulante										3.691				6.896	
Não circulante							363.123				562.825				
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CCB-subcrédito A	19.571	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.	-	612	1	613	-	2.446	3	2.449	
BNB - FNE	LNT	27/04/2018	CCB-FNE	62.749	15/05/2038	Taxa de fundos constitucionais (TFC) a.m. pro-rata	(4.525)	56.586	2.243	54.304	(4.742)	59.243	3.074	57.575	
Consolidado							(4.525)	423.865	2.391	421.731	(4.742)	630.966	3.521	629.745	
Circulante							9.799				15.672				
Não circulante										411.932				614.073	

¹ Empréstimo mensurado ao valor justo. ² Empréstimos mensurados ao custo amortizado.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos empréstimos e financiamentos	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial	629.745	1.044.024	569.721	978.662
(+) Nova Captação	362.600	-	362.600	-
(+) Juros e variação cambial	(19.547)	65.180	(24.071)	57.168
(-) Ajuste ao valor justo	(18.739)	9.049	(18.739)	9.049
(-) Amortização de principal	(520.049)	(462.443)	(515.557)	(456.490)
(-) Juros pagos	(12.279)	(26.173)	(7.140)	(18.668)
(+) Reversão de custos de empréstimos	-	108	-	-
Saldo final	421.731	629.745	366.814	569.721

Parcelas vencíveis por indexador – Consolidado							
Indexador	Circulante	Não circulante				Subtotal	Total
		2023	2024	2025	Após 2025		
Taxa fixa	4.161	13	36	-	-	49	4.210
Libor + Dólar	142	-	-	363.074	-	363.074	363.216
IPCA	5.786	886	3.595	3.632	44.931	53.044	58.830
(-) Custo a amortizar	(290)	(265)	(265)	(265)	(3.440)	(4.235)	(4.525)
	9.799	634	3.366	366.441	41.491	411.932	421.731

Liquidação e nova contratação de empréstimo com o Citibank - Em 22 de setembro de 2022, a Companhia liquidou antecipadamente o Credit Agreement, assinado em 7 de abril de 2014, e aditado em 11 de maio de 2018, 7 de abril de 2017 e em 29 de março de 2016, com o Citibank, N.A., com a taxa de juros Libor 3 meses + 0,34% a.a., vencimento em 10 de maio de 2023. Nesta mesma data, a Companhia contratou um novo Credit Agreement com vencimento em 26 de setembro de 2025, com taxa de juros Sofr + 0,44% a.a e um novo swap cambial junto ao Citibank, conforme a seguir:

Citibank - Loan 4.131	Dívida Citibank - 22/09/2022	"Swap" cambial Citibank - 22/09/2022
Montante	USD 70.000	R\$362.000 ²
Vencimento	26/09/2025	26/09/2025
Custo da Dívida	(Sofr + Spread: 0,44% a.a.)	Ponta ativa Companhia: (Sofr + Spread: 0,44% a.a.) * 1,17647 ¹ Ponta passiva Citibank: CDI + 0,65% a.a.
Juros	Semestral	Semestral
Amortização ³	Bullet	Bullet

¹ O fator 1,17647 representa o "gross up" do IR devido nos pagamentos de amortização e juros.

² Valores convertidos para real (R\$) com base na paridade inicial da operação R\$/US\$: 5,18.

³ Regime de amortização "Bullet" - É o regime no qual se amortiza o saldo total de principal na data de vencimento do empréstimo.

Com essa liquidação e a nova contratação de empréstimo, a Companhia alongou o prazo médio da sua dívida ao mesmo tempo em que manteve o custo equivalente de 106% a.a. do CDI, com a taxa contratada de CDI + 0,65% a.a.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos. Em 30 de setembro de 2022, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Citibank, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 18.

13.2. Debêntures

Emissões	Quantidade	Eventos de Pagamentos	Remuneração	Emissão Vencimento	30/09/2022				31/12/2021			
					Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Moeda nacional-R\$												
Itaú BBA - 3º Emissão 3ª Série (*) – Taesa	702.000	Juros em 15/10 de cada ano e amortização em 4 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/10/2021.	IPCA + 5,10%	15/10/2012 15/10/2024	(423)	950.747	46.518	996.842	(581)	908.586	9.555	917.560
Itaú BBA/BB/Santander - 4º Emissão 1ª Série – Taesa	255.000	Juros em 15/09 de cada ano e amortização em 2 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/09/2023.	IPCA + 4,41%	15/09/2017 15/09/2024	(875)	334.636	631	334.392	(1.637)	320.411	4.086	322.860
BB/Safrá/Bradesco -5º Emissão Série única – Taesa	525.772	Juros em 15/07 de cada ano e amortização em 2 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/07/2024.	IPCA + 5,9526%	15/07/2018 15/07/2025	(4.592)	664.540	8.285	668.233	(6.430)	636.289	17.316	647.175
Santander-ABC-BB - 6º Emissão 1ª Série – Taesa	850.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização única em 15/05/2026.	108% do CDI (**)	15/05/2019 15/05/2026	(8.547)	850.000	45.080	886.533	(9.121)	850.000	9.078	849.957
Santander/ABC/BB - 6º Emissão 2ª Série – Taesa	210.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/05/2023.	IPCA + 5,50%	15/05/2019 15/05/2044	(8.547)	257.132	5.354	253.939	(9.121)	245.730	1.729	238.338
BTG/Santander/XP Investimentos - 7º Emissão Série única – Taesa	508.960	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/09/2025.	IPCA + 4,50%	15/09/2019 15/09/2044	(25.487)	620.603	85.138	680.254	(27.017)	594.223	59.575	626.781
Santander - 8º Emissão Série única – Taesa	300.000	Juros em 15/06 e 15/12 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/12/2022.	IPCA +4,7742	18/12/2019 15/12/2044	(16.697)	383.817	5.365	372.485	(17.810)	366.706	815	349.711
Santander - 9º Emissão Série única – Taesa	450.000	Juros em 08/04 e 08/10 de cada ano e amortização única em 08/04/2022.	CDI + 2,85%	08/04/2020 08/04/2022	-	-	-	-	(419)	450.000	10.132	459.713
Santander - 10º Emissão 1ª Série – Taesa	650.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização única em 15/05/2028.	CDI + 1,70%	15/05/2021 15/05/2028	(4.552)	650.000	36.297	681.745	(4.905)	650.000	7.788	652.883

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Emissões	Quantidade	Eventos de Pagamentos	Remuneração	Emissão Vencimento	30/09/2022				31/12/2021			
					Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Santander - 10º Emissão 2ª Série - Taesa	100.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização nos 13º, 14º e 15º anos, sendo o 1º venc. em 15/05/2034.	IPCA + 4,7605%	15/05/2021 15/05/2036	(4.552)	111.910	2.021	109.379	(4.905)	106.947	653	102.695
Santander-Itaú-BTG-Bradesco-BB - 11º emissão 1ª Série - Taesa	150.000	Juros em 15/07 e 15/01 de cada ano e amortização nos 2º e 3º anos, sendo o 1º venc. em 15/01/2024.	CDI + 1,18%	15/01/2022 15/01/2025	(1.120)	150.000	4.520	153.400	-	-	-	-
Santander-Itaú-BTG-Bradesco-BB - 11º emissão 2ª Série - Taesa	650.000	Juros em 15/07 e 15/01 de cada ano e amortização nos 3º, 4º e 5º anos, sendo o 1º venc. em 15/01/2025.	CDI + 1,36%	15/01/2022 15/01/2027	(1.120)	650.000	19.841	668.721	-	-	-	-
Santander-Itaú-XP-BB 12ª emissão 1ª Série - Taesa	630.783	Juros em 15/10 e 15/04 de cada ano e amortização em 15/04/2029.	IPCA + 5,60%	15/04/2022 15/01/2029	(15.309)	631.584	13.945	630.220	-	-	-	-
Santander-Itaú-XP-BB 12ª emissão 2ª Série - Taesa	300.410	Juros em 15/10 e 15/04 de cada ano e amortização nos 8º, 9º e 10º anos, sendo o 1º venc. em 15/04/2030.	IPCA + 5,75%	15/04/2022 15/01/2032	(15.308)	300.792	6.816	292.300	-	-	-	-
Santander-Itaú-XP-BB 12ª emissão 3ª Série - Taesa	318.807	Juros em 15/10 e 15/04 de cada ano e amortização nos 13º, 14º e 15º anos, sendo o 1º venc. em 15/04/2030.	IPCA + 5,85%	15/04/2022 15/01/2037	(15.309)	319.213	7.357	311.261	-	-	-	-
Controladora					(122.438)	6.874.974	287.168	7.039.704	(81.946)	5.128.892	120.727	5.167.673
Circulante								675.027				806.472
Não circulante								6.364.677				4.361.201
Moeda nacional-R\$												
BTG-Santander-XP - 1º Emissão 1ª Série - JAN	224.000	Juros e amortização em 15/01 e 15/07 de cada ano com juros a partir de 15/12/2022.	IPCA + 4,5%	15/01/2019 15/07/2033	(8.319)	248.294	2.353	242.328	(9.506)	267.095	35.741	293.330
Itaú - BTG - 2º Emissão Série única - JAN	575.000	Juros e amortização em 15/06 e 15/12 de cada ano, com pagamento de juros a partir de 15/12/22 e amortização a partir de 15/12/25.	IPCA + 4,8295%	15/12/2019 15/12/2044	(30.936)	781.568	11.048	761.680	(32.793)	664.827	66.314	698.348
Consolidado					(161.693)	7.904.836	300.569	8.043.712	(124.245)	6.060.814	222.782	6.159.351
Circulante								696.608				933.841
Não circulante								7.347.104				5.225.510

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(*) Instrumentos negociados no mercado secundário, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações e estão apresentados na nota explicativa nº 18.

(**) A Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de fluxo de caixa, derivativos no montante de R\$400.000 referente à 1ª série da 6ª emissão de debêntures. Os derivativos contratados foram swap que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA mais taxas prefixadas.

Movimentação das debêntures	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial	6.159.351	5.177.389	5.167.673	4.330.430
(+) Novas emissões	2.050.000	750.000	2.050.000	750.000
(+) Juros e variação monetária incorridos	623.300	735.775	541.531	595.345
(-) Pagamento de principal	(480.230)	(295.354)	(450.000)	(295.354)
(-) Pagamento de juros	(271.260)	(213.270)	(229.008)	(213.270)
(-) Custo de transação (Novas emissões)	(50.500)	(10.461)	(50.500)	(10.461)
(+) Amortização do custo de emissão	13.051	15.076	10.008	10.983
(+) Reversão de custos de emissão	-	196	-	-
Saldo final	8.043.712	6.159.351	7.039.704	5.167.673

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Não circulante				Subtotal	Total
		2023	2024	2025	Após 2025		
CDI	105.739	-	75.000	291.666	1.533.334	1.900.000	2.005.739
IPCA	607.164	403.177	834.811	366.802	3.987.712	5.592.502	6.199.666
(-) Custos de emissão a amortizar	(16.295)	(3.894)	(14.210)	(18.848)	(108.446)	(145.398)	(161.693)
	696.608	399.283	895.601	639.620	5.412.600	7.347.104	8.043.712

As debêntures são simples, não conversíveis em ações.

Os contratos das 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 11ª e 12ª emissões de debêntures da Taesa e da 1ª emissão de debêntures de Janaúba, possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado. A 2ª emissão de debêntures de Janaúba, possui cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado.

A 2ª Série das 6ª e 8ª emissões de debêntures da Taesa, possuem a seguinte cláusula restritiva "covenants" não financeiras e de vencimento antecipado:

Constituição em favor dos debenturistas junto ao Banco Santander "Conta de Pagamento de Debêntures" onde deverá ser mantido um saldo mínimo correspondente, pelo menos, ao valor da próxima parcela do valor nominal atualizado acrescido do valor da próxima parcela da remuneração.

Em 30 de setembro de 2022 todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") contratados para proteção do serviço associado à 1ª série da 6ª emissão de debêntures, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 18.

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Os processos judiciais e administrativos provisionados apresentados em 30 de setembro de 2022 possuem depósitos judiciais no valor atualizado de R\$21.099 (R\$46.515 em 31 de dezembro de 2021). Os saldos referem-se às ações cíveis, trabalhistas e fiscais envolvendo, respectivamente,

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

discussões de servidão administrativa, terceirização, execuções fiscais e manifestações de inconformidade referentes às compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela RFB.

Mutação das provisões	31/12/2021	Adições	Reversões (a)	Atualizações monetárias	Baixa	Servidões (b)	30/09/2022
Trabalhistas	2.227	7.000	(1)	354	(752)	-	8.828
Tributários	13.957	-	(60)	999	-	-	14.896
Cíveis	11.675	2.818	(133)	219	(6.315)	4	8.268
Outras	1.484	-	-	1.604	-	-	3.088
Controladora	29.343	9.818	(194)	3.176	(7.067)	4	35.080
Trabalhistas	2.228	7.004	(1)	354	(756)	-	8.829
Tributários	16.566	-	(81)	985	-	-	17.470
Cíveis	28.848	4.675	(277)	3.282	(7.068)	81	29.541
Outras	1.484	-	-	1.604	-	-	3.088
Consolidado	49.126	11.679	(359)	6.225	(7.824)	81	58.928

Mutação das provisões	31/12/2020	Adições	Reversões (a)	Atualizações monetárias	Baixa	Servidões (b)	31/12/2021
Trabalhistas	5.699	736	(711)	71	(3.568)	-	2.227
Tributários	11.475	39	-	2.975	(532)	-	13.957
Cíveis	11.569	3.202	(3.433)	3.516	(3.218)	39	11.675
Outras	1.484	-	-	-	-	-	1.484
Controladora	30.227	3.977	(4.144)	6.562	(7.318)	39	29.343
Trabalhistas	5.700	736	(711)	71	(3.568)	-	2.228
Tributários	14.079	60	(20)	2.989	(542)	-	16.566
Cíveis	23.075	5.263	(4.575)	6.853	(4.903)	3.135	28.848
Outras	1.484	-	-	-	-	-	1.484
Consolidado	44.338	6.059	(5.306)	9.913	(9.013)	3.135	49.126

(a) As reversões ocorreram, basicamente, em razão do encerramento de diversos processos trabalhistas, tributários e cíveis, sem que houvesse a necessidade de realização do pagamento, portanto, convertendo os valores em favor da Companhia e suas controladas. (b) Refere-se às provisões para riscos cíveis referentes a faixa de servidão.

Passivos contingentes

	30/09/2022				31/12/2021			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Taesa	9.843	1.178.432	194.045	1.382.320	6.868	894.432	26.222	927.522
ATE III	-	14.156	1.506	15.662	-	19.707	-	19.707
BRAS	-	12.540	-	12.540	-	9.645	-	9.645
MAR	308	86	130	524	-	79	-	79
JAN	738	3.466	363	4.567	403	214	83	700
SAN	818	-	-	818	679	-	-	679
SPT	103	553	2.476	3.132	14	-	2.597	2.611
SGT	-	10	-	10	-	16	-	16
SJT	54	1.233	990	2.277	50	-	739	789
	11.864	1.210.476	199.510	1.421.850	8.014	924.093	29.641	961.748

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos tributários por meio de execuções fiscais e manifestações de inconformidade, e a riscos cíveis por meio de ações anulatórias e procedimentos de arbitragem. São elas:

Taesa-TSN - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante atualizado de R\$63.605 em 30 de setembro de 2022 (R\$58.618 em 31 de dezembro de 2021).

Taesa-NVT - Manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$9.778 em 30 de setembro de 2022 (R\$6.888 em 31 de dezembro de 2021).

Taesa-ETEO - Processo referente a dedutibilidade das despesas de amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") pela aquisição da ETEO, relativo ao auto de infração lavrado de 2014, referente aos anos-calendários 2009 e 2010, no valor atualizado de R\$138.759 em 30 de setembro de 2022 (R\$107.151 em 31 de dezembro de 2021). O processo aguarda o

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Julgamento do Recurso Voluntário interposto contra a decisão desfavorável proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto.

Taesa-NTE – Manifestações de inconformidade relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$14.037 em 30 de setembro de 2022 (R\$13.367 em 31 de dezembro de 2021).

Taesa-ATE - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$7.973 em 30 de setembro de 2022 (R\$7.332 em 31 de dezembro de 2021), originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-STE – Manifestações de inconformidade referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, CSRF e IRRF totalizando o valor atualizado de R\$8.450 em 30 de setembro de 2022 (R\$9.033 em 31 de dezembro de 2021), relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATEII - Manifestações de inconformidade relativas a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$11.501 em 30 de setembro de 2022 (R\$5.132 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$11.071 relativos aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

ATE III – Processos tributários originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa e execuções fiscais para exigência de ICMS, totalizando o valor atualizado de R\$14.156 em 30 de setembro de 2022 (R\$19.191 em 31 de dezembro de 2021).

BRAS – Execução fiscal relativa à discussão quanto a exigência de ICMS no Estado do Mato Grosso, totalizando o valor atualizado de R\$3.848 em 30 de setembro de 2022 (R\$5.047 em 31 de dezembro de 2021).

Outros assuntos relevantes:

Ágio Atlântico/Alterosa - A Taesa recebeu carta da RFB que solicitou esclarecimentos e documentação acerca das exclusões registradas no código 152 (ágio), declaradas no e-lalur e e-lacs de 2014/2015; 2016 e 2017/2018. A Companhia apresentou as informações requeridas pelo Auditor Tributário. A Taesa foi intimada dos Termos de Início de Procedimento Fiscal, referente ao IRPJ e CSLL não recolhidos no período de apuração de janeiro de 2014 a dezembro de 2015; de 2016; e dos anos de 2017/2018, ante a dedução da base de cálculo dos valores referentes ao ágio oriundo da operação de aquisição da TERNÁ por CEMIG e FIP. A Companhia recebeu os Termos de Encerramento relativo aos procedimentos fiscais em andamento, cujo resultado culminou na lavratura dos autos de infração no valor atualizado de R\$166.173 em 30 de setembro de 2022 (R\$153.006 em 31 de dezembro de 2021) para os anos calendários 2014/2015; no valor atualizado de R\$100.825 em 30 de setembro de 2022 (R\$93.820 em 31 de dezembro de 2021) para o ano calendário de 2016 e R\$ 147.038 para os anos calendários de 2017 e 2018. A Companhia apresentou impugnação contra os autos de infração referentes aos anos calendários 2014/2015 e 2016, as quais foram negadas pela Delegacia da Receita Federal. A Companhia apresentou Recurso Voluntário contra as decisões. A Companhia apresentou impugnação contra o auto de infração dos anos calendários 2017/2018. Em 30 de setembro de 2022 a Companhia aguardava julgamento.

PIS/COFINS Anos calendários 2015 - Em 11 de novembro de 2019 a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R\$201.869 em 30 de setembro de 2022

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(R\$185.614 em 31 de dezembro de 2021), decorrente do encerramento do procedimento fiscal 07.1.85.00-2019-00012, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia onde, de acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e à COFINS. Em 11 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 30 de setembro de 2022 a Companhia aguardava julgamento.

PIS/COFINS Anos calendários 2016 - Em 13 de novembro de 2019 a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R\$163.275 em 30 de setembro de 2022 (R\$150.887 em 31 de dezembro de 2021), decorrente do encerramento do procedimento fiscal 07.1.85.00-2019-00078-7, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia. De acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e a COFINS. Em 11 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 30 de setembro de 2022 a Companhia aguardava julgamento.

Arbitragem CMT - Taesa - A controvérsia gira em torno de Requerimentos de Instauração de Arbitragem junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC") registrados sobre os nºs 71/2017/SEC6 e 72/2017/SEC6, realizados pelo Consórcio Minas Transmissão e demais Consorciadas, alegando que teria havido "aceitação tácita" do MOU e da consequente cláusula compromissória nele inserida para contratação de seus serviços relativos aos Lotes 17 e 4, do Leilão ANEEL n.º 13/2015. Em 30 de setembro de 2022 os valores das causas indicados são, respectivamente, R\$131.000 e R\$45.000. Recentemente, foi proferida Sentença parcial no procedimento n.º 71/2017/SEC6 reconhecendo a competência do Juízo arbitral, o que foi objeto da competente Ação Anulatória.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.535, sendo representado por 590.714.069 ações ordinárias e 442.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM nº 649/10, o montante de R\$25.500, líquido dos impostos e das contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável e deste Estatuto Social.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As ações preferenciais possuem as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade com cada ação ordinária; e (iii) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de Controle da Companhia, ao mesmo preço e nas mesmas condições por ação ordinária do bloco de Controle.

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Composição acionária em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021								
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEMIG (*)	218.370.005	37	5.646.184	1	224.016.189	22	215.546.907	58
ISA	153.775.790	26	-	-	153.775.790	15	153.775.790	42
Free Float	218.568.274	37	437.136.468	99	655.704.742	63	-	-
	590.714.069	100	442.782.652	100	1.033.496.721	100	369.322.697	100

(*) Existem 6 ações ordinárias e 2.823.092 Units que não pertencem ao bloco de controle. A Unit (TAEE11) é um certificado de depósito de ações, composto por 3 ações; 1 ordinária (TAEE3) e 2 preferenciais (TAEE4).

b) Reserva legal - Constituída com base em 5% do lucro líquido, apurada em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e só poderá ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme §1 da referida lei.

c) Reserva de incentivo fiscal - Incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás e no Distrito Federal, concedidos pela SUDAM e SUDENE, no montante de R\$12.011 em 30 de setembro de 2022 (R\$15.746 em 31 de dezembro de 2021). As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente.

d) Reserva especial de ágio - Com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O percentual anual de utilização do benefício fiscal foi definido pelo estudo da curva de amortização do ágio, baseado nos lucros projetados de cada concessão. O benefício fiscal utilizado pela Companhia até em 30 de setembro de 2022 foi de R\$338.384 (R\$323.118 até 31 de dezembro 2021).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

e) Reserva especial - Constituída pela parcela do lucro líquido advinda das margens de construção dos projetos em andamento, uma vez que tais receitas se converterão em caixa após a operacionalização dos projetos e ao longo do prazo de concessão.

f) Outros resultados abrangentes - As variações do valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Em 30 de setembro de 2022, a Companhia reconheceu uma perda no montante de R\$318 (R\$210, líquido de impostos) e em 30 de setembro de 2021, reconheceu um ganho no montante de R\$48.335 (R\$31.901, líquido de impostos).

g) Remuneração dos acionistas - O estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

Destinação do resultado do exercício - Ratificada pela AGO de 28 de abril de 2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	2.213.714
Reserva de incentivo fiscal	(15.746)
Lucro líquido do exercício ajustado	2.197.968
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$1,06336 por ação ordinária e preferencial em 2021 e R\$1,08266 por ação ordinária e preferencial em 2020 - em R\$)	1.098.984
Dividendos intercalares pagos (R\$0,69914 por ação ordinária e preferencial em 2021 e R\$0,78545 por ação ordinária e preferencial em 2020 - em R\$)	(722.558)
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,25836 por ação ordinária e preferencial em 2021 e R\$0,22513 por ação ordinária e preferencial em 2020 - em R\$)	(267.019)
	(989.577)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	37.604
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio pagos atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios	(951.973)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,14225 por ação ordinária e preferencial em 2021 e R\$0,10248 por ação ordinária e preferencial em 2020)	(147.011)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,63211 por ação ordinária e preferencial em 2021 e R\$0,44125 por ação ordinária e preferencial em 2020 - em R\$)	(653.282)
Reserva especial	(408.098)
Resumo das destinações:	
Reservas	(423.844)
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$1,73186 por ação ordinária e preferencial em 2021 e R\$1,55431 por ação ordinária e preferencial em 2020 - em R\$)	(1.789.870)
	(2.213.714)

16. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
IRPJ e CSLL correntes	(5.125)	(18.704)	(23.398)	(30.210)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
IRPJ e CSLL diferidos	(3.461)	(70.261)	(192.911)	(337.865)
	(8.586)	(88.965)	(216.309)	(368.075)

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
IRPJ e CSLL correntes	4.229	(13.665)	(4.423)	(16.496)
IRPJ e CSLL diferidos	(8.697)	1.769	(138.242)	(228.977)
	(4.468)	(11.896)	(142.665)	(245.473)

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Lucro antes dos impostos	311.040	625.854	1.642.708	2.158.711
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(105.754)	(212.791)	(558.521)	(733.962)
Equivalência patrimonial	40.182	50.453	188.672	215.493
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	(9.819)	41.949	22.890	59.275
Incentivo fiscal - IRPJ - Patrocínios Audiovisuais	65	463	563	717
JCP pago	67.298	-	67.298	22.101
Empresas consolidadas - Lucro Presumido	(4.252)	31.600	62.872	76.523
Outros	3.694	(639)	(83)	(8.222)
Despesa de IRPJ e CSLL	(8.586)	(88.965)	(216.309)	(368.075)
Alíquota efetiva	3%	14%	13%	17%

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Lucro antes dos impostos	306.922	548.785	1.569.064	2.036.109
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(104.353)	(186.587)	(533.482)	(692.277)
Equivalência patrimonial	39.179	136.762	306.068	379.223
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	(11.512)	37.490	12.011	45.120
Incentivo fiscal - IRPJ - Patrocínios Audiovisuais	65	463	563	717
JCP pago	67.298	-	67.298	22.101
Outros	4.855	(24)	4.877	(357)
Despesa de IRPJ e CSLL	(4.468)	(11.896)	(142.665)	(245.473)
Alíquota efetiva	1%	2%	9%	12%

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e suas controladas ATE III e Brasnorte possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. Tais benefícios possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade	Prazo
Controladora				
TSN	SUDENE	139/2014	BA e GO	31/12/2023
NVT	SUDAM	207/2014	TO, MA e DF	31/12/2023
GTE	SUDENE	143/2014	PB e PE	31/12/2023
MUN	SUDENE	138/2014	BA	31/12/2023
ATE II	SUDENE e SUDAM	38/2007 e 237/2017	TO, PI, MA e BA	31/12/2017 e 31/12/2026 (*)
PAT	SUDENE	100/2016	RN	31/12/2025
Controladas				
ATE III	SUDAM	222/2018	PA e TO	31/12/2027
BRAS	SUDAM	239/2018	MT	31/12/2027
MIR	SUDAM	(**)	TO	(**)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(*) Benefício aprovado pela SUDENE por meio do Laudo nº 0237/2017 e homologado pela Receita Federal. O benefício por parte da área incentivada pela SUDAM, aprovado pelo laudo 38/2007, está em fase de renovação. (**) Em 29 de novembro de 2019, a Taesa concluiu as últimas energizações do empreendimento Miracema, e atualmente se encontra em processo de elaboração do projeto para solicitação do laudo definitivo perante a SUDAM.

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 30 de setembro de 2022 e 2021 era de aproximadamente 56,26% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas.

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas aos seus benefícios fiscais.

17. COBERTURAS DE SEGUROS

A Taesa e suas controladas adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão dos projetos. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia e suas controladas mantêm seguros de seus edifícios, incluindo, conteúdo, máquinas e equipamentos, equipamentos eletrônicos, e equipamentos de telecomunicações, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização R\$	DM - Valor em risco (*) R\$	Indenização integral	Prêmio R\$
Responsabilidade Civil Geral	FATOR	20/09/22 a 19/09/23	10.000	-	-	62
Risco Operacional	Mapfre Seguros	01/06/21 a 01/12/22	-	1.073.586	-	3.445
	Tokio Marine	31/07/22 a 30/07/23	-	80.921	-	180
Seguro Veículos – Frota	Tokio Marine	06/03/22 a 05/03/23	-	-	100% Tabela FIPE	147
	Tokio Marine	18/07/22 a 05/03/23	-	-	-	107
Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores	EZZE	18/09/22 a 18/09/23	60.000	-	-	74

(*) DM - Danos materiais a terceiros - R\$600; danos corporais a terceiros - R\$600; acidentes pessoais - R\$5; e danos morais - R\$60.

Seguro garantia de fiel cumprimento

As controladas PGT, ANT e SAN contrataram seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas nos contratos de concessões, exclusivamente no que se refere às construções das instalações descritas nos referidos contratos.

Concessão	Leilão	Seguradora	Vigência	Valor segurado
PTG	001/2022	Junto Seguros S.A.	05/09/2022 a 28/07/2027	12.158
ANT	002/2021	Junto Seguros S.A.	05/01/2022 à 01/07/2027	87.503
SAN	004/2018	Fator Seguradora S.A.	02/03/2019 a 17/12/2023	30.518

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do auditor independente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

18.2. Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos, debêntures e passivo de arrendamento, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido.

18.3. Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado:				
- Títulos e valores mobiliários	10.003	9.948	5.337	4.906
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	1.562.669	380.602	1.177.288	176.760
Custo amortizado:				
- Caixa e Bancos	1.791	4.222	807	3.011
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	255.773	233.401	182.905	168.668
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	1.056	939	-	-
	1.831.292	629.112	1.366.337	353.345
Passivos financeiros				
Valor justo por meio do resultado:				
- Empréstimos e financiamentos	363.216	561.265	363.216	561.265
- Instrumentos financeiros derivativos	158	(207.267)	158	(207.267)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:				
- Instrumentos financeiros derivativos	34.201	33.679	34.201	33.679
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:				
- Fornecedores	86.758	131.622	27.204	43.702
- Empréstimos e financiamentos	58.515	68.480	3.598	8.456
- Debêntures	8.043.712	6.159.351	7.039.704	5.167.673
- Passivo de arrendamento	7.968	15.790	6.652	14.732
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	22.061	25.285	5.538	13.296
	8.616.589	6.788.205	7.480.271	5.635.536

18.4. Risco de mercado

18.4.1. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possuía 4,27% (R\$363.216) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros e passivo de arrendamento) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros Sofr. A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.4.2. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. Adicionalmente, a Companhia contrata diferentes swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia concorda em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros variáveis (CDI) calculados com base no valor do principal nominal acordado entre as partes. Esses swaps pretendem dar cobertura (hedge) às obrigações da debênture objeto do hedge. Em 30 de setembro de 2022, depois de considerar o efeito dos swaps das taxas de juros, aproximadamente 75,83% das debêntures emitidas pelo Grupo estavam sujeitos à inflação + taxa prefixada.

A dívida da Companhia está segregada por indexador nas notas explicativas nº 13.1 – Empréstimos e Financiamentos e nº 13.2 – Debêntures.

18.5. Atividades de Hedge accounting e instrumentos financeiros derivativos

Derivativos não designados como instrumentos de hedge

A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de swaps na administração das suas exposições. Esses contratos de moeda a termo não são designados como hedges de fluxo de caixa, hedges de valor justo ou hedges de investimento líquido, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda.

A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio, como por exemplo o "swap" cambial sem caixa - US\$ versus CDI.

	"Swap" cambial Citibank – set/22	"Swap" cambial Citibank – Repactuação – mai/18
Valor de referência (nocional) em 30/09/2022	US\$ 70.000	-
Valor de referência (nocional) em 31/12/2021	-	US\$ 98.592
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(SOFR + Spread: 0,44%) - (1) 1,17647	(Libor 3 meses + Spread: 0,34%) - (1) 1,17647
Obrigação de a empresa pagar (ponta passiva)	CDI + 0,65% a.a.	106,0% CDI
Vencimento em	26/09/2025	10/05/2023
Ponta ativa em 30/09/2022	363.216	-
Ponta passiva 30/09/2022	(363.374)	-
"Swap" ativo (passivo) em 30/09/2022 (2)	(158)	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2021 (2)	-	207.267
Valor a receber (a pagar) em 30/09/2022	(158)	-
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2021	-	207.267
Valor justo em 30/09/2022	(158)	-
Valor justo em 31/12/2021	-	207.267
Ganhos (perdas) 01/07/2022 a 30/09/2022	(158)	(86.489)
Ganhos (perdas) 01/07/2021 a 30/09/2021	-	9.424

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	"Swap" cambial Citibank – set/22	"Swap" cambial Citibank – Repactuação – mai/18
Ganhos (perdas) 01/01/2022 a 30/09/2022	(158)	(22.761)
Ganhos (perdas) 01/01/2021 a 30/09/2021	-	29.792

(1) O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.

(2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora e do consolidado, decorrentes dos swaps.

As operações estão registradas em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em garantia e a operação não possui custo inicial.

Derivativos designados como instrumentos de hedge - Hedges de fluxo de caixa

A Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de fluxo de caixa, derivativos no montante de R\$400.000 referente a parte da emissão de suas debêntures. Os derivativos contratados foram swaps que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA mais taxas prefixadas.

O efeito do hedge de fluxo de caixa na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrada abaixo:

Classificação do hedge	Objeto de hedge	Instrumento de hedge	Valor de referência	Indexador Passivo	Vencimento	Ganho (Perda) Outros resultados abrangentes
						30/09/2022
Hedge de fluxo de caixa	Debênture indexada a 108% do CDI	Swaps	50.000	IPCA + 3,94%	15/05/2026	(4)
			50.000	IPCA + 3,91%	15/05/2026	(27)
			100.000	IPCA + 4,00%	15/05/2026	(14)
			50.000	IPCA + 3,53%	15/05/2026	(69)
			50.000	IPCA + 3,66%	15/05/2026	(187)
			100.000	IPCA + 3,99%	15/05/2026	(17)
Controladora e Consolidado						(318)

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	30/09/2022
Contrato de SWAP (Citibank 4131) - set/22 ¹	-	(14.180)	14.338	-	-	158
Contrato de SWAP (Citibank 4131) - mai/18 ¹	(207.267)	70.905	15.584	-	120.778	-
Contrato de SWAP (Santander) ²	11.297	(4.380)	-	204	4.459	11.580
Contrato de SWAP (BR Partners) ²	13.869	(4.178)	-	41	4.381	14.113
Contrato de SWAP (Itaú) ²	4.482	(1.421)	-	4	1.470	4.535
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil) ²	4.031	(1.702)	-	69	1.575	3.973
Controladora e Consolidado	(173.588)	45.044	29.922	318	132.663	34.359

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2021
Contrato de SWAP (Citibank 4131) - mai/18 ¹	(157.169)	(31.484)	(9.049)	-	(9.565)	(207.267)
Contrato de SWAP (Santander) ²	15.460	16.936	-	(20.518)	(581)	11.297
Contrato de SWAP (BR Partners) ²	18.155	17.481	-	(20.917)	(850)	13.869
Contrato de SWAP (Itaú) ²	5.946	5.785	-	(6.983)	(266)	4.482
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil) ²	7.500	5.409	-	(8.796)	(82)	4.031
Controladora e Consolidado	(110.108)	14.127	(9.049)	(57.214)	(11.344)	(173.588)

¹ Instrumento financeiro derivativo e empréstimo mensurados ao valor justo. ² Instrumento financeiro mensurado ao valor justo e debênture ao custo amortizado.

18.6. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 30/09/2022 anualizado
CDI (i)	13,75%	17,19%	20,63%	11,97%
IPCA (i)	5,61%	7,01%	8,42%	5,49%
Sofr (ii)	3,0500%	3,8125%	4,5750%	3,0000%
PTAX	5,2000	6,5000	7,8000	5,4066

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 28 de outubro de 2022. (ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 28 de outubro de 2022.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 30/09/2022	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a setembro de 2022 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção				
<i>Consolidado</i>				
<u>Ativos financeiros</u>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	1.572.672	20.370	59.484	98.312
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	2.005.739	(25.914)	(75.799)	(125.319)
- IPCA	6.258.496	(5.574)	(70.406)	(135.026)
		(11.118)	(86.721)	(162.033)
Sem proteção				
<i>Controladora</i>				
<u>Ativos financeiros</u>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	1.182.625	15.318	44.731	73.929
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	2.005.739	(25.914)	(75.799)	(125.319)
- IPCA	5.156.402	(4.592)	(58.008)	(111.249)
		(15.188)	(89.076)	(162.639)
Com proteção				
<i>Controladora e consolidado</i>				
<u>Passivos financeiros (dívida protegida)</u>				
<i>Empréstimos e financiamentos</i>				
- Sofr	363.216	(182)	(2.951)	(5.721)
- Dólar	363.216	13.879	(73.455)	(160.789)
<u>Derivativos</u>				
Ponta ativa - Sofr	(363.216)	182	2.951	5.721
Ponta ativa - Dólar	(363.216)	(13.879)	73.455	160.789
Ponta passiva - CDI	363.374	(2.986)	(8.699)	(14.328)
Efeito líquido		(2.986)	(8.699)	(14.328)
<u>Passivos financeiros</u>				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	421.214	(5.442)	(15.918)	(26.318)
- IPCA	455.413	(406)	(5.123)	(9.825)
<u>Derivativos</u>				
<i>Ponta ativa - CDI</i>	(421.214)	5.442	15.918	26.318
<i>Ponta passiva - IPCA</i>	(455.413)	406	5.123	9.825
Efeito líquido		-	-	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.7. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todas transmissoras; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

18.8. Gestão do risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas); (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	398.576	92.114	404.515	6.400.931	12.421.160	19.717.296
Prefixada	748	1.489	1.964	51	-	4.252
Instrumentos financeiros derivativos	-	28.016	76.603	1.189.226	-	1.293.845
Consolidado	399.324	121.619	483.082	7.590.208	12.421.160	21.015.393
Pós-fixada	398.576	92.115	404.514	6.400.931	12.421.160	19.717.296
Prefixada	543	1.080	1.964	51	-	3.638
Instrumentos financeiros derivativos	-	28.015	76.604	1.189.226	-	1.293.845
Controladora	399.119	121.210	483.082	7.590.208	12.421.160	21.014.779

18.9. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia e de suas controladas ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia ou de suas controladas poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia e suas controladas podem depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

18.10. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no semestre findo em 30 de setembro de 2022.

18.10.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		Hierarquia do valor justo
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	
Títulos e valores mobiliários	5	10.003	9.948	5.337	4.906	Nível 2
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	4	1.562.669	380.602	1.177.288	176.760	Nível 2
Ativos financeiros		1.572.672	390.550	1.182.625	181.666	
Empréstimos e financiamentos	13.1	363.216	561.265	363.216	561.265	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	18.5	158	(207.267)	158	(207.267)	Nível 2
Passivos financeiros		363.374	353.998	363.374	353.998	

18.10.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	30/09/2022		31/12/2021		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Consolidado						
Debêntures - Passivos financeiros	13.2	8.043.712	7.514.929	6.159.351	5.933.954	Nível 2
Controladora						
Debêntures - Passivos financeiros	13.2	7.039.704	6.676.647	5.167.673	5.002.135	Nível 2

Debêntures: A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

19. LUCRO POR AÇÃO

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Lucro líquido do período	302.454	536.889	1.426.399	1.790.636
Lucro líquido do período proporcional às ações ordinárias (1)	172.873	306.869	815.285	1.023.471
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) (*)	590.714	590.714	590.714	590.714
Lucro líquido do período proporcional às ações preferenciais (3)	129.581	230.020	611.114	767.165
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4) (*)	442.783	442.783	442.783	442.783
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$ = (1) e (2) (**)	0,29265	0,51949	1,38017	1,73260
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$ = (3) e (4) (**)	0,29265	0,51949	1,38017	1,73260

(*) Quantidade em lotes de 1.000 ações. (**) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Remuneração do ativo de contrato de concessão	269.437	199.006	787.516	572.854
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	(81.280)	176.745	598.259	982.608
Operação e manutenção	265.980	235.434	745.743	585.492
Implementação de infraestrutura	51.540	408.376	147.544	827.350
Parcela variável (a)	(2.625)	(14.663)	(30.291)	(25.927)
Outras receitas	7.341	25.463	37.230	37.408
Receita operacional bruta	510.393	1.030.361	2.286.001	2.979.785
PIS e COFINS correntes	(34.401)	(29.788)	(101.942)	(77.338)
PIS e COFINS diferidos	12.479	(39.949)	(13.195)	(96.298)
ISS	(117)	(123)	(326)	(431)
ICMS	-	(85)	(21)	(92)
Encargos setoriais (b)	(24.561)	(18.095)	(63.358)	(50.535)
Deduções da receita	(46.600)	(88.040)	(178.842)	(224.694)
Receita operacional líquida	463.793	942.321	2.107.159	2.755.091

Composição da receita operacional líquida	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Remuneração do ativo de contrato de concessão	155.130	147.961	456.740	422.083
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6.984	97.872	401.625	787.348
Operação e manutenção	236.188	213.290	662.453	522.605
Implementação de infraestrutura	2.236	1.485	6.776	5.308
Parcela variável (a)	(2.409)	(13.203)	(29.817)	(23.300)
Outras receitas	5.962	5.064	25.812	16.319
Receita operacional bruta	404.091	452.469	1.523.589	1.730.363
PIS e COFINS correntes	(22.169)	(21.812)	(65.262)	(58.254)
PIS e COFINS diferidos	4.822	(2.726)	(3.132)	(32.190)
ISS	(117)	(123)	(326)	(431)
ICMS	-	(33)	(21)	(39)
Encargos setoriais (b)	(20.738)	(15.367)	(53.591)	(43.227)
Deduções da receita	(38.202)	(40.061)	(122.332)	(134.141)
Receita operacional líquida	365.889	412.408	1.401.257	1.596.222

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Margens médias das obrigações de performance	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Implementação de infraestrutura				
- Receita	51.540	408.376	147.544	827.350
- Custos	(78.084)	(144.568)	(148.297)	(406.185)
Margem (R\$)	(26.544)	263.808	(753)	421.165
Margem percebida (%) (*)	-51,50%	64,60%	-0,51%	50,91%
Operação e Manutenção – O&M				
- Receita	265.980	235.434	745.743	585.492
- Custos	(59.759)	(50.456)	(153.056)	(117.385)
Margem (R\$)	206.221	184.978	592.687	468.107
Margem percebida (%) (**)	77,53%	78,57%	79,48%	79,95%

(*) As variações referentes a 2022 deve-se principalmente ao registro da parcela onerosa na construção da concessão SAN. As variações referentes a 2021 deve-se principalmente ao ganho por eficiência na entrada em operação da concessão JAN. (**) A variação refere-se, basicamente, a maiores custos e receitas de O&M em função da operacionalização de projetos e reajuste das RAPs.

Margens médias das obrigações de performance	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Implementação de infraestrutura				
- Receita	2.236	1.485	6.776	5.308
- Custos	(915)	(289)	(2.751)	(1.612)
Margem (R\$)	1.321	1.196	4.025	3.696
Margem percebida (%) (*)	59,08%	80,54%	59,40%	69,63%
Operação e Manutenção – O&M				
- Receita	236.188	213.290	662.453	522.605
- Custos	(40.874)	(33.259)	(103.394)	(86.669)
Margem (R\$)	195.314	180.031	559.059	435.936
Margem percebida (%) (**)	82,69%	84,41%	84,39%	83,42%

(*) As variações referentes a 2022 deve-se principalmente a menores margens de construção nos reforços das concessões TSN, Munirah, NTE e STE. (**) A variação refere-se, basicamente, a maiores custos e receitas de O&M em função da operacionalização de projetos e reajuste das RAPs.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Receita operacional bruta	510.393	1.030.361	2.286.001	2.979.785
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	69.582	(356.526)	(480.876)	(1.275.428)
Receita operacional bruta tributável	579.975	673.835	1.805.125	1.704.357

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Receita operacional bruta	404.091	452.469	1.523.589	1.730.363
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	33.036	(5.814)	(319.764)	(698.257)
Receita operacional bruta tributável	437.127	446.655	1.203.825	1.032.106

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
- Remuneração direta	(29.944)	(25.286)	(79.756)	(72.479)
- Benefícios	(16.368)	(13.534)	(44.715)	(35.740)
- FGTS e INSS	(10.993)	(9.345)	(31.313)	(26.090)
Pessoal	(57.305)	(48.165)	(155.784)	(134.309)
- Custo de infraestrutura	(78.084)	(144.568)	(148.297)	(406.185)
- O&M	(17.626)	(10.122)	(32.569)	(11.033)
- Outros	(1.713)	(1.696)	(4.146)	(4.056)
Materiais	(97.423)	(156.386)	(185.012)	(421.274)
Serviços de terceiros	(20.548)	(20.931)	(64.628)	(56.697)
Depreciação e amortização	(5.780)	(6.018)	(19.727)	(16.513)
- (Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(1.004)	(1.418)	(11.162)	(256)
- Outros	(3.117)	(1.581)	(8.542)	(14.540)
Outros custos operacionais	(4.121)	(2.999)	(19.704)	(14.796)
Total custos e despesas	(185.177)	(234.499)	(444.855)	(643.589)

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
- Remuneração direta	(22.587)	(23.031)	(57.744)	(66.473)
- Benefícios	(14.675)	(11.756)	(39.738)	(31.156)
- FGTS e INSS	(9.871)	(8.375)	(27.961)	(23.575)
Pessoal	(47.133)	(43.162)	(125.443)	(121.204)
- Custo de infraestrutura	(915)	(289)	(2.751)	(1.612)
- O&M	(12.010)	(3.616)	(22.035)	(5.430)
- Outros	(1.349)	(973)	(3.163)	(2.417)
Materiais	(14.274)	(4.878)	(27.949)	(9.459)
Serviços de terceiros	(15.083)	(15.859)	(47.466)	(44.386)
Depreciação e amortização	(5.298)	(5.668)	(18.429)	(15.926)
- (Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(970)	(2.033)	(9.355)	(826)
- Outros	(2.337)	(738)	(5.723)	(741)
Outros custos operacionais	(3.307)	(2.771)	(15.078)	(1.567)
Total custos e despesas	(85.095)	(72.338)	(234.365)	(192.542)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos e despesas com serviços de terceiros: Gastos com operação e manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, vigilância, transportes, limpeza e conservação, despesas com serviços de consultoria administrativa e jurídica, serviços gráficos, manutenção de propriedades, energia elétrica, manutenção de veículos, viagens e auditoria.

Custos e despesas com materiais: Gastos relacionados à construção, operação e manutenção das linhas e subestações de transmissão.

Outros custos e despesas operacionais: Provisão e reversão de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, gastos com aluguéis, seguros, despesas com taxas e contribuições, material de consumo, combustível.

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Rendimentos de aplicações financeiras	54.640	8.684	124.595	20.243
Receitas financeiras	54.640	8.684	124.595	20.243
Empréstimos e financiamentos				

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
- Juros incorridos	(4.279)	(2.692)	(11.368)	(17.761)
- Variação cambial	(10.198)	(33.925)	30.915	(9.110)
- Ajuste ao valor justo	13.290	690	18.739	(6.829)
	(1.187)	(35.927)	38.286	(33.700)
Debêntures				
- Juros incorridos	(163.831)	(94.208)	(448.458)	(235.783)
- Variações monetárias	46.692	(125.320)	(187.893)	(296.483)
	(117.139)	(219.528)	(636.351)	(532.266)
Instrumentos financeiros derivativos				
- Juros incorridos	2.913	(13.239)	(14.129)	(41.909)
- Variação cambial	10.198	33.925	(30.915)	9.110
- Ajuste ao valor justo	(24.473)	(690)	(29.922)	6.829
	(11.362)	19.996	(74.966)	(25.970)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(129.688)	(235.459)	(673.031)	(591.936)
Arrendamento Mercantil	(176)	(689)	(801)	(2.108)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(10.535)	(2.894)	(25.278)	(12.793)
Despesas financeiras	(140.399)	(239.042)	(699.110)	(606.837)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(85.759)	(230.358)	(574.515)	(586.594)

Despesas financeiras atreladas às dívidas - por tipo	Consolidado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Juros incorridos	(165.197)	(110.139)	(473.955)	(295.453)
Variação monetária	46.692	(125.320)	(187.893)	(296.483)
Ajuste ao valor justo	(11.183)	-	(11.183)	-
	(129.688)	(235.459)	(673.031)	(591.936)

	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Rendimentos de aplicações financeiras	44.867	6.548	102.634	14.400
Receitas financeiras	44.867	6.548	102.634	14.400
Empréstimos e financiamentos				
- Juros incorridos	(3.882)	(816)	(6.844)	(12.183)
- Variação cambial	(10.198)	(33.925)	30.915	(9.110)
- Ajuste ao valor justo	13.290	690	18.739	(6.829)
	(790)	(34.051)	42.810	(28.122)
Debêntures				
- Juros incorridos	(150.354)	(79.502)	(405.458)	(195.536)
- Variações monetárias	37.817	(102.029)	(146.081)	(236.569)
	(112.537)	(181.531)	(551.539)	(432.105)
Instrumentos financeiros derivativos				
- Juros incorridos	2.913	(13.239)	(14.129)	(41.909)
- Variação cambial	10.198	33.925	(30.915)	9.110
- Ajuste ao valor justo	(24.473)	(690)	(29.922)	6.829
	(11.362)	19.996	(74.966)	(25.970)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(124.689)	(195.586)	(583.695)	(486.197)
Arrendamento Mercantil	(148)	(661)	(718)	(2.035)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(9.132)	(3.827)	(16.249)	(9.102)
Despesas financeiras	(133.969)	(200.074)	(600.662)	(497.334)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(89.102)	(193.526)	(498.028)	(482.934)

Despesas financeiras atreladas às dívidas - por tipo	Controladora			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2021 a 30/09/2021
Juros incorridos	(151.323)	(93.557)	(426.431)	(249.628)
Variação monetária	37.817	(102.029)	(146.081)	(236.569)
Ajuste ao valor justo	(11.183)	-	(11.183)	-
	(124.689)	(195.586)	(583.695)	(486.197)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia e suas controladas ATE III, MIR, JAN, BRAS, SAN, SJT, SPT e LNT passaram a ser patrocinadoras. As aprovações na PREVIC foram publicadas em Diário Oficial nos dias 27 de março de 2012 (Taesa, ATE III, MIR, JAN) e 02 de agosto de 2021 (BRAS SAN, SJT, SPT e LNT). Em 30 de setembro de 2022, 77,54% do quadro efetivo de empregados da Companhia e de suas controladas participavam do Plano Taesaprev (72,68% em 31 de dezembro de 2021).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 12.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

Operação e manutenção	Concessões
Realizada com recursos próprios	Taesa (TSN, MUN, GTE, PAT, NVT, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ECTE, STC, LUMITRANS, EBTE, ESTE, ETSE, EDTE, ENTE - O&M total / ETAU, Aimorés, ATE III, BRAS, JAN, LNT, MIR, SJT, SPT e Paraguaçu - manutenção / ETEP - somente a manutenção da linha de transmissão, ERTE - manutenção da LT e da SE de Castanhal e operação de toda a concessão / EATE - manutenção das LT's e da SE de Açailândia.
Realizada pela Taesa	ETAU, Aimorés, ATE III, BRAS, JAN, LNT, MIR, SJT, SPT e Paraguaçu - operação, gestão da manutenção, manutenção emergencial e manutenção especial.
Realizada pela Eletronorte	EATE - operação de toda a concessão e manutenção das SE's, exceto SE de Açailândia), ETEP (manutenção das subestações de Tucuruí e Vila do Conde e operação de toda concessão) e ERTE - manutenção de Vila do Conde e Santa Maria.
Realizada pela CGT Eletrosul	SAN
Realizada pela CEMIG GT	ESDE, SGT, MAR, Transleste, Transirapé e Transudeste (SE Juiz de Fora 1 e LT).
Realizada por Furnas	Transudeste (SE Itutinga).

Aspectos ambientais

As obrigações de execução de projetos de compensação ambiental estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar".

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas controladas						
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
Taesa (NVT)	Samambaia/DF - Imperatriz/MA	384/2004	06/09/2011	06/09/2021	IBAMA	(a)
Taesa (TSN)	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	27/08/2018	27/08/2028	IBAMA	-
Taesa (MUN)	Camaçari II - Sapeaçu	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	IMA	(b)
Taesa (GTE)	Goianinha - Mussurê SE Norfil	339/2003 742/2019	26/06/2015 01/04/2019	26/06/2025 30/03/2024	IBAMA	-
Taesa (PAT)	Paraíso-Açu	2018-130625/TEC/RLO-1289	05/06/2020	05/06/2026	IDEMA	(d)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Licenças expedidas a Companhia e suas controladas						
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
Taesa (ETEO)	Taquaraçu – Sumaré	00026/2008	13/06/2008	13/06/2014	CETESB	(c)
Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/2003	23/12/2015	23/12/2025	IBAMA	-
	Xingó – Angelim	350/2003	23/12/2015	23/12/2025	IBAMA	-
Taesa (ATE)	Londrina – Araraquara	492/2005	29/02/2012	29/02/2022	IBAMA	(a)
Taesa (STE)	Uruguaiana – Santa Rosa	00714/2022	08/03/2022	08/03/2027	FEPAM	-
Taesa (ATE II)	Colinas – Sobradinho	579/2006	01/02/2016	01/02/2026	IBAMA	-
ATE III	Itacaiunas – Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	IBAMA	(a)
	Marabá – Carajás	13722/2022	26/09/2022	25/09/2027	SEMAS/PA	-
	SE Palmas	3359/2019	11/07/2019	11/07/2024		
	SE Miracema	3523/2019	16/07/2019	16/07/2024		
MIR	Lajeado – Palmas	4149/2019	07/08/2019	07/08/2029	NATURATINS	-
	SE Lajeado	4174/2019	08/08/2019	08/08/2024		
	Miracema – Lajeado	5297/2019	02/09/2019	02/09/2029		
MAR	Itabirito II – Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028	COPAM	
	LT 230 SE Barreira II, SE Rio Grande II- Barreiras/São Desidério	10707/2017	06/11/2015	06/11/2020	INEMA	(b)
SPT	LT 230 SE Gilbués, SE Bom Jesus, SE Eliseu Martins – PI	382/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(f)
SJT	LT 500 SE Gilbués II - SE São João do Piauí	381/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(f)
LNT	LT Currais Novos II - Lagoa Nova II	111138/2017	08/12/2017	08/12/2023	IDEMA	(e)
	SE Currais Novos II	129600/2018	28/12/2018	28/12/2024		-
BRA	Brasnorte – Nova Mutum	324072/2021	14/04/2021	13/04/2026	SEMAT/MT	-
BRA	Juba – Jauru	312086/2015	07/10/2021	06/10/2026	SEMAT/MT	-
JAN	LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2	1623/2021	31/08/2021	31/08/2031	IBAMA	-

(a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97);

(b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação;

(c) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação;

(d) A antiga licença nº 2014-072326 TEC/LS 0062 referente ao Seccionamento Paraíso-Açu Lagoa Nova II, cuja validade era de 19/08/2020 foi unificada na recente renovação de licença da Paraíso-Açu;

(e) Licença simplificada;

(f) Renovação solicitada à SEMAR/PI e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97);

Licenças expedidas às controladas, controladas em conjunto e coligadas em construção						
Empresa	Trecho	Licença de Instalação nº	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor
SAN	LT 230kV Livramento 3 / Santa Maria 3	095/2020	-	06/05/2022	11/11/2025	FEPAM
	LT 230kV Livramento 3 / Alegrete 2	-	2187/2022	12/07/2022	12/01/2027	FEPAM (a)
	SE Maçambará 3	-	0335/2022	28/09/2022	29/09/2027	FEPAM
	SE Livramento 3	-	954/2022	07/02/2022	07/02/2027	FEPAM
Paraguaçu	LT 500 kV Poções 3 - Padre Paraíso 2 C 2	-	1641/2022	04/05/2022	04/05/2026	IBAMA
Aimorés	LT 500 kV Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2	-	1637/2022	03/03/2022	03/03/2026	IBAMA
Ivaí	LT 230 KV Sarandi – Paranavaí Norte CD	-	36938/2022	27/05/2022	27/05/2027	IAT
	SE 230/138kV - Paranavaí Norte	-	36845/2021	01/12/2021	01/12/2026	IAT
	SE Sarandi 230kV/525kV	-	36805/21	04/10/2021	04/10/2026	IAT
	SE Londrina 525kV	-	36844/2021	01/12/2021	01/12/2026	IAT
	SE Guaira 525kV/230kV	-	36822/2021	28/10/2021	28/10/2026	IAT
	SE Foz do Iguaçu 525kV	-	23636/2021	27/10/2021	27/10/2026	IAT
	LT 525kV Guaira – Sarandi – CD	23754/2019	-	20/12/2019	20/12/2021	IAT (b)
	LT 525KV Foz do Iguaçu – Guaira	-	36975/2022	12/08/2022	12/08/2027	IAT
	LT 525kV Sarandi – Londrina	-	36953/2022	29/06/2022	29/06/2027	IAT
ESTE	LT 500 KV SE Mesquita - SE João Neiva 2	-	1633/2021	17/12/2021	17/12/2031	IBAMA

(a) Retificação do número da licença feita pelo órgão;

(b) Solicitação de Licença de Operação feita em 13/12/21

Empreendimento Ananai – Em 17 de dezembro de 2021, a Companhia arrematou o Lote 01 do Leilão 002/2021, de 363 Km de linhas de transmissão de 500 Kv, nos estados de São Paulo e Paraná. O novo empreendimento chamado Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("ANT"), terá RAP de R\$129.900, CAPEX ANEEL de R\$1.750.054, prazo de concessão de 30 anos e prazo para construção ANEEL de 60 meses, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, ocorrida em 31 março de 2022.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da MAR – A Controlada Mariana, assinou em 2 de fevereiro de 2022, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2014 firmado

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

com a União, prorrogando em 883 (oitocentos e oitenta e três) dias o prazo da concessão de 30 (trinta) anos, ou seja, com término em 2 de outubro de 2046, gerando um ganho de R\$7.884, líquido de impostos, no resultado do exercício.

O aditivo é resultado do deferimento do pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade pelo atraso na entrada em operação comercial do empreendimento (Processo nº 48500.000670/2021-54). A Diretoria Colegiada da ANEEL, ao reconhecer que o órgão ambiental excedeu o prazo para emissão das licenças cabíveis, determinou a recomposição dos prejuízos suportados por Mariana por meio da prorrogação proporcional do prazo do seu contrato de concessão.

Termo de liberação de receita da ESTE - A coligada ESTE obteve em 18 de fevereiro de 2022, do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), o Termo de Liberação de Receita ("TLR"), o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 9 de fevereiro de 2022, devido a disponibilização das instalações de transmissão para o Sistema Interligado Nacional ("SIN") conforme o prazo regulatório estipulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), passando a adicionar para a Taesa uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$67,6 milhões para o ciclo 2022-2023.

Empreendimento Aimorés - Em 06 de maio de 2022 a concessão Aimorés, recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS o Termo de Liberação Definitivo e entrou em operação comercial, passando a adicionar R\$47.812 de RAP para a Companhia, de acordo com o ciclo RAP 2022-2023.

Empreendimento Pitiguari - Em 30 de junho de 2022, a Companhia arrematou o Lote 10 do Leilão de Transmissão nº 001/2022-ANEEL, composto por 92,7 Km de linhas de transmissão de 230 Kv, no estado de Santa Catarina. O novo empreendimento chamado Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("PTG"), terá RAP de R\$18.787, CAPEX ANEEL de R\$243.153. O prazo de concessão é de 30 anos e o prazo para construção ANEEL é de 54 meses, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, realizada em 30 de setembro de 2022.

Empreendimento Paraguaçu - Em 27 de julho de 2022 a concessão Paraguaçu, recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS o Termo de Liberação Definitivo e entrou em operação comercial, passando a adicionar R\$71.361 de RAP para a Companhia, de acordo com o ciclo RAP 2022-2023.

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Taesa. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

Proteção da saúde dos colaboradores

- Adoção de medidas para resguardar nosso maior ativo, as pessoas, e garantir a continuidade das nossas operações;
- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre orientações de saúde e higiene;
- Retorno às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com home office e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação anual contra a gripe influenza para todos;

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Reforço na comunicação sobre a importância do atendimento às medidas de proteção e cuidado (Campanha “Eu cuido de você e você cuida de mim”);
- Incentivo à imunização completa: 99,6% dos colaboradores com o esquema primário completo, 97,6% com a primeira dose de reforço e 49,9% com a segunda dose de reforço entre os colaboradores a partir de 40 anos.
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar no pós vacina.

Continuidade das operações e dos empreendimentos em construção

- Criação do Comitê de Superação e do Comitê de Gestão de Fornecedores;
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;
- Manutenção dos altos índices de disponibilidade (99,95% no 9M22);
- Todas as obras dos empreendimentos em construção estão em andamento; algumas já concluídas;
- Manutenção dos investimentos nos empreendimentos em construção – R\$ 2,9 bilhões investidos entre 2020 e 3T22.

Preservação da saúde financeira da Companhia

- Manutenção de posição de liquidez confortável;
- Adequado perfil de dívida com custos baixos e prazos alongados;
- A mais alta nota de risco de crédito junto às agências Moody’s e Fitch (AAA na Escala Nacional);
- Consistente geração operacional de caixa, com manutenção dos baixos níveis de inadimplência históricos da Companhia;
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas;
- Monitoramento contínuo da inadimplência e dos efeitos da pandemia no setor elétrico.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento de principal e juros 3ª série da 3ª emissão de debêntures – Em 17 de outubro de 2022 a Companhia pagou aos debenturistas o montante de R\$364.956, sendo R\$316.527 de principal e R\$48.429 de juros.

Pagamento de juros da 1ª, 2ª e 3ª séries da 12ª emissão de debêntures – Em 17 de outubro de 2022 a Companhia pagou aos debenturistas o montante de R\$30.904, sendo R\$15.326 da 1ª série, R\$7.492 da 2ª série e R\$8.086 da 3ª série.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Diretores	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
André Augusto Telles Moreira	Diretor Jurídico e Regulatório
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios e Gestão de Participações
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Conselho de Administração	
Titulares	
Reynaldo Passanezi Filho (CEMIG)	
José Reinaldo Magalhães (CEMIG)	
Reinaldo Le Grazie (CEMIG)	
Jaime Leôncio Singer (CEMIG)	
Maurício Dall'Agnese (CEMIG)	
Jaime Caballero Uribe (ISA)	
César Augusto Ramírez Rojas (ISA)	
Victor Manuel Muñoz Rodriguez (ISA)	
Fernando Bunker Gentil (ISA)	
Rodrigo de Mesquita Pereira (membro independente)	
André Fernandes Berenguer (membro independente)	
Celso Maia de Barros (membro independente)	
Hermes Jorge Chipp (membro independente)	

Conselho Fiscal	
Titulares	Suplentes
Simone Deoud Siqueira (CEMIG)	Eduardo José de Souza (CEMIG)
Marília Carvalho de Melo (CEMIG)	Luiz Felipe da Silva Veloso (CEMIG)
Manuel Domingues de Jesus e Pinho (ISA)	Luciana dos Santos Uchôa (ISA)
Murici dos Santos (acionistas minoritários preferencialistas)	Ana Patrícia Alves Costa Pacheco (acionistas minoritários preferencialistas)
Marcello Joaquim Pacheco (acionistas minoritários ordinaristas)	Rosangela Torres (acionistas minoritários ordinaristas)

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49